



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
JORNALISMO

**JORNALISMO, TELEVISÃO E EDUCAÇÃO:  
Um estudo do Conexão Futura**

**MARIA LUIZA DE PAULA PRATA**

RIO DE JANEIRO

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
JORNALISMO

**JORNALISMO, TELEVISÃO E EDUCAÇÃO:  
Um estudo do Conexão Futura**

Monografia submetida à Banca de Graduação  
como requisito para obtenção do diploma de  
Comunicação Social/Jornalismo.

**MARIA LUIZA DE PAULA PRATA**

**Orientadora: Profa. Dra. Beatriz Becker**

RIO DE JANEIRO

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

**TERMO DE APROVAÇÃO**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia **Jornalismo, televisão e educação: Um estudo do Conexão Futura**, elaborada por Maria Luiza de Paula Prata.

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia ...../...../.....

Comissão Examinadora:

Orientadora: Profa. Dra. Beatriz Becker  
Doutora em Comunicação pela Escola de Comunicação - UFRJ  
Departamento de Expressão e Linguagens – UFRJ

Profa. Dra. Suzy dos Santos  
Doutora em Comunicação e Cultura Contemporânea pela Universidade Federal da Bahia  
Departamento de Métodos e Áreas Conexas – UFRJ

Prof. Dr. Fernando Alvares Salis  
Doutor em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Departamento de Expressão e Linguagens – UFRJ

RIO DE JANEIRO

2016

## FICHA CATALOGRÁFICA

PRATA, Maria Luiza.

Jornalismo, televisão e educação: Um estudo do Conexão Futura.  
Rio de Janeiro, 2016.

Monografia (Graduação em Comunicação Social/ Jornalismo) –  
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Comunicação  
– ECO.

Orientadora: Beatriz Becker

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar agradeço a Deus, por me abençoar com saúde e força de vontade para superar os desafios da jornada acadêmica e de toda a minha vida.

A toda minha família e principalmente aos meus pais Adriana e Luiz Fernando, pelo imenso amor dedicado a mim durante toda a minha vida, sempre incentivando e apoiando as minhas escolhas pessoais e profissionais.

A Gustavo, pela paciência, apoio, amor e força dada durante a execução desse trabalho e pela parceria de vida.

A minha orientadora, Beatriz Becker, por abraçar a proposta deste estudo com entusiasmo e pela atenção e cuidado dedicados durante todo o período de trabalho.

À UFRJ, à Escola de Comunicação e ao seu corpo docente, em especial aos membros desta banca, Suzy dos Santos e Fernando Salis, cujos ensinamentos vão além do conteúdo acadêmico, contribuem para a formação de profissionais críticos, preocupado em melhorar os problemas da sociedade.

A todos os amigos que contribuíram direta ou indiretamente para minha formação pessoal e profissional. A felicidade da conquista é maior e mais plena quando se tem com quem dividir.

PRATA, Maria Luiza. **Jornalismo, televisão e educação: Um estudo do Conexão Futura**. Orientadora: Beatriz Becker. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO. Monografia em Jornalismo.

## RESUMO

Este trabalho propõe uma reflexão crítica sobre as relações entre mídia, educação e jornalismo, por meio de uma análise da produção telejornalística do Canal Futura. A partir de uma compreensão da noção de televisão educativa, amparada pela legislação brasileira, esta pesquisa apresenta um estudo da experiência do programa Conexão Futura. Assume-se que o jornalismo é uma forma de conhecimento e pode colaborar para a formação de crianças, jovens e adultos, por meio de usos críticos e criativos de conteúdos e formatos em áudio e vídeo. No entanto, o Conexão Futura e os programas televisivos deste Canal dedicados à educação nem sempre investem na renovação da linguagem e na interação com o telespectador. Estudos de mídia e educação, bem como de jornalismo e de televisão se constituem como contribuições relevantes para esta investigação. A metodologia utilizada será a Análise Televisual, por permitir uma análise dos modos como diferentes códigos audiovisuais são utilizados e atribuem sentidos aos acontecimentos e à vida social cotidiana.

## SUMÁRIO

<b>1. Introdução.....</b>	<b>8</b>
<b>2. TV Pública e TV Educativa: A história do Canal Futura.....</b>	<b>13</b>
<b>3. Mídia e jornalismo como formas de conhecimento.....</b>	<b>28</b>
<b>4. Conexão Futura: Uma análise televisual.....</b>	<b>44</b>
<b>4.1. Jornalismo do Canal Futura.....</b>	<b>44</b>
<b>4.2. Análise Quantitativa.....</b>	<b>56</b>
<b>4.3. Análise Qualitativa.....</b>	<b>65</b>
<b>4.4. A interpretação dos resultados.....</b>	<b>68</b>
<b>5. Considerações finais.....</b>	<b>71</b>
<b>6. Referências bibliográficas.....</b>	<b>74</b>

## **1. Introdução**

Atualmente, embora haja uma diversidade de canais de televisão no sistema privado, bem como novas tecnologias de comunicação, o acesso à informação e à cultura para a maioria da população brasileira continua se dando principalmente através dos meios de comunicação de massa, ou seja, por meio da TV aberta e do rádio. Segundo Becker (2015), a televisão continua a exercer centralidade da mídia e se expande em múltiplas plataformas, apesar do aumento do acesso à Internet e dos usos das tecnologias digitais. Assim, a TV se mantém como um meio de grande potencial educativo estabelecendo vínculos sensoriais e emocionais com as audiências, promovendo conhecimentos, mas também influenciando experiências culturais e a construção de identidades nacionais (OROZCO, 2001). A televisão e as gravações em vídeo oferecem numerosas vantagens para a transmissão de informação e do ensino-aprendizagem, o que permite a um grande número de pessoas o acesso a conteúdos diversos. Porém, para Martín-Barbero (2000), a televisão pública será cultural quando for um cenário social de produção e apropriação de significados, de construção de imaginários, memórias e identidades sociais, na qual o educativo seja dimensão fundamental. No entanto, as emissoras de televisão pública só podem ser consideradas bem-sucedidas se houver participação social.

Este trabalho propõe uma reflexão sobre relações entre televisão, educação e jornalismo, a partir de um estudo programa jornalístico Conexão Futura do Canal Futura. O principal objetivo deste trabalho é identificar características de linguagem do programa e verificar como o ele utiliza a narrativa jornalística para a construção de conhecimentos e interage com o seu público. Apesar do jornalismo ser, geralmente, reconhecido como gênero estático, com formatos tradicionais bem definidos, ele pode e deve apresentar também estruturas narrativas audiovisuais inovadoras caracterizadas pela hibridização de linguagens, ou seja, por usos críticos e criativos de conteúdos e formatos em áudio e vídeo. Assim, os programas jornalísticos educativos podem atrair a atenção das audiências e colaborar para a formação de crianças, jovens e adultos como fonte de informação confiável. Sob essa perspectiva, se admite como hipótese desta pesquisa que os programas informativos jornalísticos veiculados em emissoras educativas que combinam entretenimento, educação e informação caracterizados pela



diversidade de conteúdo, pela inventividade estética e por uma expressiva interação com o público são formas de conhecimento relevantes para a sociedade brasileira. No entanto, os programas televisivos do Canal Futura dedicados à educação, como o jornalístico Conexão Futura, nem sempre investem na renovação da linguagem e estão abertos a participação dos telespectadores.

A reflexão proposta neste trabalho está amparada nos estudos de televisão e de jornalismo e em contribuições do campo da mídia e educação. Contudo, refletir sobre as relações entre televisão, jornalismo e educação também exige compreender a noção de televisão educativa, amparada pela legislação brasileira, tema do segundo capítulo desta monografia, chamado “TV Pública e TV Educativa: A história do Canal Futura”. Este capítulo apresenta uma discussão sobre a forma de regulação do sistema de radiodifusão no Brasil, constituído pelas emissoras de rádio e televisão, com ênfase na TV Educativa. Buscamos compreender o processo histórico de distribuição das concessões de TV Educativa, identificamos alguns concessionários que obtiveram a permissão para a exploração de serviços da televisão pública e, nesse contexto, apresentamos o Canal Futura.

As contribuições de autores como Sodré (2008), Nery (2007), Bucci, Chiaretti e Fiorini (2012) são muito relevantes neste trabalho para refletir sobre a importância dos meios de comunicação nas sociedades democráticas e entender os modelos brasileiros de televisão – o estatal, o público e o privado. Martín-Barbero (2002) e Rincón (2002) colaboram para identificação de características das emissoras de televisão pública e as obras de Santos (2006), Ortiz (2006), Ramos (2007), Jambeiro (2007) e Lima (2008) nos ajudam a entender o desenvolvimento do sistema de radiodifusão brasileiro. Os trabalhos de Leal Filho (2000) e Bolaño (2007) nos auxiliam a esclarecer a regulamentação da televisão educativa. Recorremos ainda a Hall (1997) para pensarmos as relações dos meios de comunicação com a cultura e as suas mediações. Por fim, o capítulo contextualiza o surgimento do Futura e mostra o modo que o canal operacionaliza a sua programação.

No capítulo seguinte buscamos refletir tanto sobre o potencial de usos e apropriações da televisão e de mídias digitais em processos de aprendizagem para ampliar percepções sobre a realidade social quanto sobre o jornalismo como forma

de conhecimento. As interfaces da Comunicação e da Educação são objetos de estudos importantes de Girardello (2002), Belloni (2009), Fantin (2006) e Peruzzo (2001), os quais oferecem referências para compreender como as relações entre mídia e educação podem colaborar para a formação de jovens e crianças e para o entendimento de conceitos como Educomunicação Comunitária, o qual implica compreender a relevância da educação para cidadania, e *Media Literacy*, um campo de conhecimento e prática social que reúne competências que permitem estudantes e pessoas de diferentes idades interpretarem os textos da mídia, se apropriarem de seus conteúdos e formatos e reconhecerem as influências das mensagens midiáticas na vida social e política na formação escolar e em espaços informais de educação (BECKER, 2016). Buscamos ainda entender como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) atribuem importância ao uso de tecnologias digitais para a construção da cidadania na atualidade, uma vez que o acesso ao conhecimento passa a ser midiático. Assim, as contribuições do campo da mídia e educação são relevantes para amparar a análise proposta neste trabalho. Os estudos de jornalismo também são importantes para pensar essa prática social como forma de conhecimento, especialmente a partir de trabalhos de Meditsch (1998) e Becker (2012). Contamos ainda com o apoio de Fischer (2002) e Martín-Barbero (2008) para compreender a tecnicidade como um novo regime de visualidade e com o auxílio de Orozco (2012) para identificar as transformações da televisão na contemporaneidade.

No terceiro capítulo nomeado “Conexão Futura: Uma análise televisual”, explicamos, em primeiro lugar, a construção do Canal Futura como um projeto social de comunicação, proposto e desenvolvido pela Fundação Roberto Marinho, mantido por recurso de instituições que manifestam interesse pela educação, a agenda social e o desenvolvimento do país. Além disso, refletimos sobre as diretrizes do jornalismo do Canal Futura expostas na Declaração de Compromissos Editoriais do Jornalismo do Canal Futura disponível no livro *Telejornalismo educativo e produção em rede do Canal Futura* (2010). O livro sugere que a missão do jornalismo do Canal Futura é contribuir para o desenvolvimento integral de pessoas e comunidades, por meio da comunicação, da educação, e da articulação social. Além disso, destacamos a importância dos estudos dos enunciados e dos gêneros de discurso, a partir dos ensinamentos de Bakhtin (1997),

para entender como conteúdos e formatos televisivos são organizados e distribuídos na grade de programação das emissoras e entendemos como os programas estabelecem mediações entre o que acontece na realidade e o espectador (MACHADO, 2000), considerando a forma de classificação dos tipos de programas na televisão brasileira proposta por Aronchi (2015). Apontamos que o jornalismo é uma forma de produção de conhecimento, mas que também reproduz saberes e relações de poder neles imbricadas (MEDITSCH, 1998). Em seguida, apresentamos e sistematizamos os resultados alcançados na Análise Televisual do programa Conexão Futura. Adotamos nesse percurso a metodologia desenvolvida por Becker (2012), a qual auxilia a leitura crítica de narrativas jornalísticas e obras audiovisuais. Esta metodologia é formada por três etapas, a descrição do objeto do estudo, reunindo a trajetória do programa e seus objetivos editoriais, uma análise quantitativa e qualitativa do programa, as quais formam a análise televisual propriamente dita, e a interpretação dos resultados.

O programa informativo Conexão Futura foi selecionado para compor o *corpus* da análise por ser um programa que está no ar, o que permite a coleta de episódios recentes para análise; por reunir grande quantidade de conteúdo e temas informativos e por ser uma forma de refletir sobre o estágio profissional ali realizado, buscando integrar a experiência e a vivência no estágio com a reflexão crítica para construir conhecimentos aqui sistematizados. A partir destes critérios, foi selecionado e analisado um *corpus* formado pelos conteúdos produzidos pelos programas que foram ao ar do dia 30 de maio ao dia 3 de junho de 2016. Dessa maneira, como temos duas entradas do programa por dia na grade do Canal, sendo uma de 12 minutos e outra com duração de 25, estudamos 10 blocos com temáticas distintas do programa nos cinco dias de análise, os quais totalizam 3 horas, 18 minutos e 9 segundos de produção.

Dessa maneira, esta monografia resulta de um interesse pelos estudos de jornalismo e televisão, acentuado pela disciplina Telejornalismo I cursada na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e pelo estágio realizado no Canal Futura que despertaram inquietações sobre as relações entre Mídia e Educação, as quais me parecem relevantes na formação de indivíduos de quaisquer idades, especialmente no contexto brasileiro, como procuro refletir neste trabalho. Esta monografia se debruça, portanto, sobre um campo de estudos complexo e relativamente

pouco explorado frente à relevância cultural e política de programas audiovisuais informativos educativos.

## 2. TV Pública e TV Educativa: A história do Canal Futura

Neste capítulo pretendemos apresentar uma discussão inicial sobre a forma de regulação do sistema de radiodifusão no Brasil, constituído pelas emissoras de rádio e televisão, com ênfase na TV Educativa. Além disso, refletimos sobre o processo de distribuição das concessões de TV Educativa, identificamos brevemente alguns concessionários, ou seja, aqueles que obtiveram a permissão para a exploração de serviços da televisão pública e, por fim, apresentamos o nosso objeto de estudo: O Canal Futura. Faz-se necessário enfatizar que embora hoje em dia haja uma diversidade de canais de televisão no sistema privado, bem como novas tecnologias de comunicação, o acesso à informação e à cultura para a maioria da população brasileira continua se dando principalmente através dos meios de comunicação de massa, ou seja, da TV aberta e o rádio.

De tal modo, os meios de comunicação têm papel importante na configuração das democracias, cujo desenvolvimento na contemporaneidade está relacionado ao nível de pluralidade, independência e liberdade dos sistemas midiáticos. Segundo Habermas, citado por Muniz Sodré (2008) em seu artigo *Televisão pública e democracia* para o site *Observatório da Imprensa*, os meios de comunicação são indispensáveis para a construção de uma democracia deliberativa, na qual há uma busca cooperativa, por parte de cidadãos deliberantes, de soluções para problemas políticos. De acordo com Muniz Sodré no mesmo artigo:

Nesse desejado modelo deliberativo, são os processos comunicativos de demanda que entram em jogo se as decisões políticas e as linhas de ação governamental pretendem obter legitimidade. É preciso, assim, haver inclusão e iguais oportunidades para que os cidadãos participem de mecanismos deliberativos que sejam públicos, transparentes e baseados em expectativas de resultados razoáveis. (SODRÉ, 2008).

Contudo, um pequeno grupo de proprietários controla as emissoras privadas de televisão aberta, o que não contribuiu para a democratização da televisão brasileira e gera uma padronização de produção televisiva que impede a divulgação da diversidade e riqueza culturais de um país continental como o Brasil. Nesse contexto, as emissoras educativas poderiam ter uma atuação relevante. Mas o aumento do número de canais educativos não tem colaborado para a transformação dessa realidade. A concentração

dos meios de comunicação comerciais nas mãos de grupos políticos e econômicos não é novidade, mas é preciso compreender como tem se dado o aumento do número de canais da TV Educativa e discutir se esse crescimento representa um avanço neste setor ou, pelo menos, se apresenta algum diferencial em relação à hegemonia da TV Comercial.

O artigo 223 da Constituição Federal<sup>1</sup> relaciona três modelos de televisão para o Brasil: o estatal, o público e o privado. De acordo com Nery (2007), a TV Pública pode ser definida como uma emissora sem fins lucrativos, de gestão subordinada à sociedade civil organizada e independente de governos. Já a TV Estatal é definida como aquela diretamente vinculada ao Estado, porém, não está, necessariamente, vinculada a um governo. Espera-se que uma TV Pública seja de alcance nacional, controlada por um conselho de representação da sociedade civil, com diversas formas de financiamento e que traga espaço para a veiculação de produtores independentes e assim possa contribuir para a promoção da diversidade cultural.

Porém, há, no Brasil, uma ampla confusão dos conceitos de televisão pública e estatal. O termo público, muitas vezes, não tem lastro de significado, por ser compreendido com o sentido estatal. Em outras palavras, a TV Pública é vista por muitos como uma espécie de canal do governo, ou seja, algo público, mas que tem dono. Uma tentativa de conceituação feita no documento “Indicadores de qualidade nas emissoras públicas – uma avaliação contemporânea”, os autores Bucci, Chiaretti, Fiorini reafirmam a compreensão de que os sistemas comerciais e públicos são “complementares, necessários um ao outro e, ambos, necessários para a democracia” (BUCCI et al., 2012, p.13), e não opostos entre si. Ou seja, consideram que toda emissora estatal é pública, mas nem toda emissora pública é estatal. Assim, segundo os autores a televisão estatal não deve ser sinônimo de emissora de propaganda partidária, defendendo os interesses eleitorais do governo.

A definição de emissora estatal resulta do atendimento de três requisitos: sua propriedade e sua natureza jurídica a vinculam direta ou indiretamente ao Estado; sua gestão cotidiana está subordinada a autoridades de um dos três poderes da República; e sua programação

---

<sup>1</sup> Artigo disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/445130/artigo-223-da-constituicao-federal-de-1988> (Acesso em 30/05/2016)

sofre limites decorrentes dos dois requisitos anteriores, estando, portanto, mais a serviço das necessidades de divulgação decorrentes da lógica interna do Estado do que a serviço de refletir livremente o debate e a diversidade cultural que resulta das dinâmicas não-estatais típicas da vida social. (BUCCI et al, 2012, p. 21-22).

Já as emissoras públicas são caracterizadas pelos autores como aquelas que não têm sua gestão subordinada a nenhum dos três poderes da República – executivo, judiciário e legislativo. Além disso, segundo eles, a programação dessas emissoras não pode sofrer interferências de autoridades externas. As suas propriedades e naturezas jurídicas não são vinculadas ao Estado, mas também não caracterizadas como uma empresa comercial, uma vez que elas não têm finalidade de lucro e não são financiadas por anunciantes. O financiamento dessas emissoras é de natureza pública, ou seja, elas vivem de fundos regulares vindos do Estado ou da sociedade na forma de uma taxa compulsória ou de doações voluntárias. Porém, é fundamental que essas contribuições estejam previstas e protegidas pela lei de tal forma que não possam ser desviadas para outras finalidades. Além disso, segundo Bucci, Chiaretti e Fiorini (2012), a lei também deve deixar expressa a não vinculação da emissora pública a qualquer autoridade externa ao seu próprio corpo funcional. Porém, eles ressaltam que os conselhos curadores que abrigam representantes da sociedade e de instituições são considerados órgãos internos. Ou seja:

O que contraria sua natureza de emissora pública não é a existência dos conselhos, nem a existência de representantes da sociedade nos conselhos, mas a subordinação, legal ou informal, tácita, a uma autoridade do Poder Executivo, do governo ou de outro poder estatal. A emissora pública não deve prestar qualquer forma de contrapartida política ao recebimento de recursos dos poderes públicos. (BUCCI et al, 2012, p.23).

Vale destacar que alguns autores, como Martín-Barbero (2002), discordam do fato de que a veiculação de comerciais descaracteriza uma televisão pública, como defendido por Bucci, Chiaretti e Fiorini. Os mesmos autores, porém, assumem que essas definições não são “camisas de força para enquadrar a realidade” (BUCCI et al, 2012, p.24). Desta forma, compreendem a possibilidade de emissoras estatais terem vocação pública, assim como de televisões e rádios públicas demonstrarem submissão voluntária ou negociada em relação a governos e poderes.

“O caráter público é mais ambíguo, complexo e diverso do que o caráter governamental” (RINCÓN, 2002, p.331). Na televisão pública, é necessário “um regime legal e organizacional que garanta a autonomia de gestão e a pluralidade e diversidade de suas mensagens”, defende Rincón (2002, p.331). Dessa maneira, a existência de uma emissora pública responde ao direito das pessoas de terem acesso à informação jornalística, ao conhecimento e às manifestações culturais, seja como autoras, agentes ou espectadoras, conforme defende Eugênio Bucci.

As emissoras públicas, em suma, existem para ajudar a sociedade a realizar o ideal da imprensa — que é instituição social, independente do Estado, em que vige a liberdade de expressão, incumbida de fiscalizar o poder. Elas só têm sentido social e histórico se estiverem a serviço da sociedade e dos direitos dos cidadãos. (BUCCI, 2010, p.5).

A emissora pública teria, então, o dever de se diferenciar dos outros sistemas, apresentando conteúdos que não são encontrados em outros canais e que se caracterizam por sua pluralidade, ética, independência e valorização do interesse público.

Como veremos adiante, tais expectativas sobre a TV Pública já aparecem como princípios e metas do Canal Futura, justificando-se a escolha desta emissora para o nosso estudo. Apesar de pertencer à iniciativa privada, este canal pode apresentar modelos para solucionar obstáculos na construção e gestão da TV Pública. Porém, para entendermos sobre o modelo de TV Educativa do Canal Futura precisamos esclarecer antes sobre o desenvolvimento do sistema de radiodifusão brasileiro.

A história da radiodifusão no Brasil, desde seus primórdios, foi marcada pela prevalência dos interesses do mercado em detrimento do interesse público: essa característica é percebida nos processos de consolidação do rádio e, mais tarde, de formação da televisão. O rádio, apesar de ter passado sua fase inicial – entre 1920 e 1935 – sob lógica não comercial, financiado em grande parte pelos ouvintes, foi paulatinamente assumindo caráter comercial. A introdução na década de 1930 de aparelhos mais baratos possibilitou a ampliação do público ouvinte, tornando o rádio mais atraente para os negócios. Esse processo foi se consolidando com mudanças na legislação que permitiram o aumento do percentual de tempo destinado à publicidade durante a programação: em 1932 o espaço permitido cresceu para 10%; em 1952, para



20% (ORTIZ, 2006, p. 39-40), e posteriormente para 25%, com a aprovação do Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), em 1962.

Assim, embora o sistema de radiodifusão tenha nascido em 1923, a sua regulação ocorreu apenas em 1962 com o CBT que incluía telefonia, transmissão de dados, rádio e televisão. Com o golpe militar de 1964 e a consequente instalação da ditadura dos governos militares no Brasil, a radiodifusão passou a desempenhar um papel fundamental para a segurança nacional, para o desenvolvimento de um mercado de consumo da classe média e para a proteção das fronteiras contra a chamada ameaça comunista (RAMOS, 2007, p. 20). Para dar suporte político e manter o projeto de arbítrio do regime militar, a outorga das concessões beneficiou os aliados políticos do regime ditatorial, como revela Santos (2006):

A concentração partidária, através dos governadores, senadores e prefeitos “biônicos” e da maioria do Congresso com representantes da Arena, deu o tom da distribuição das outorgas da radiodifusão para as elites políticas (...) 81,73% das estações de rádio e televisão [na época do bipartidarismo] eram controladas por afiliados do Partido Democrático Social (SANTOS, 2006, p. 3)

O resgate da história da radiodifusão é importante para compreender que a contribuição do governo Vargas foi decisiva para consolidar a confusão histórica entre interesse público e interesse privado. Embora tivesse uma concepção centralizadora e uma expectativa de utilização da radiodifusão como instrumento “na promoção da educação e transmissão da palavra oficial” (ORTIZ, 2006, p. 51), Vargas se mostrou vacilante no momento de implantar um sistema de radiodifusão sob controle do Estado. Como explica Ortiz:

Apesar de sua tendência centralizadora, tinha que compor com as forças sociais existentes (neste caso o capital privado, que possuía interesses concretos no setor de radiodifusão). Não deixa de ser sugestivo observar que a própria Rádio Nacional, encampada pelo governo Vargas, praticamente funcionava nos moldes de uma empresa privada. Seus programas (música popular, rádio teatro, programas de auditório) em nada diferem dos outros levados ao ar pelas emissoras privadas. [...] quando se olha a porcentagem da programação dedicada aos chamados “programas culturais” observa-se que eles não ultrapassam 4,5%. Por outro lado, entre 1940 e 1946, o faturamento da emissora, graças à publicidade, é multiplicado por sete. Ao que tudo indica, a acomodação dos interesses privados e estatais se realiza no

seio de uma mesma instituição sem maiores problemas (ORTIZ, 2006, p. 53).

Para Laurindo Leal Filho, essa observação assinalada por Ortiz “é a referência histórica mais significativa para que possamos entender o modelo brasileiro de radiodifusão. Trata-se de uma articulação perfeita entre o privado e o estatal, com reflexos diretos nos programas levados ao ar” (2000, p. 157).

Outro fator significativo que contribuiu para a consolidação do modelo comercial do rádio foi a chegada ao país das agências de propaganda norte-americanas. Estimuladas pelas multinacionais de produtos de uso doméstico – como sabão, sabonete e creme dental –, as agências foram responsáveis pela implantação do sistema comercial de venda de audiência para anunciantes, além dos programas patrocinados por empresas, como o Repórter Esso (JAMBEIRO, 2007, p. 110).

A política do governo Vargas para o serviço de radiodifusão está expressa no Decreto 24.655 do ano de 1934<sup>2</sup>: formação de uma Rede Nacional de Radiodifusão, controle das outorgas pelo governo e a exploração econômica do setor. O mesmo decreto impôs exigências de natureza técnica para a exploração da radiodifusão. Na opinião de Othon Jambeiro, este foi certamente um fator importante na introdução e consolidação do poder econômico na mídia eletrônica, em suas palavras:

A exigência de obrigações técnicas que só poderiam ser cumpridas mediante vultosos recursos financeiros não só reduziu drasticamente o número de concorrentes como favoreceu a concentração de emissoras nas mãos de poucos. Foi graças a isto que Assis Chateaubriand conseguiu organizar a primeira rede brasileira privada de emissoras, a partir de 1938. Em 1945, ele contava com 15 emissoras de rádio, além de jornais, revistas, editora de livros e agências de notícias (JAMBEIRO, 2002, p. 15).

A experiência do rádio serviu como referência cultural, econômica e política para o nascimento da televisão. No Brasil, apesar de considerada desde o início um serviço público, explorado por meio de concessão outorgada pelo Estado, a política de radiodifusão privilegiou durante os governos que se seguiram os interesses de grupos econômicos e de políticos, em detrimento do interesse público.

---

<sup>2</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/D24655.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D24655.htm) (Acesso em 03/06/2016).

A partir dessas breves referências históricas, podemos entender porque a televisão nasceu no Brasil como empreendimento comercial em 1950, com a inauguração da TV Tupi, emissora do grupo Diários Associados. A regulamentação da TV Educativa surgiu apenas 17 anos depois, em 1967. Quase ao mesmo tempo, apenas com um ano de diferença, surgiu a TV Pública, em 1968, “quando a televisão já havia se consolidado como o mais importante instrumento da indústria cultural brasileira” (LEAL FILHO, 2000, p. 158).

Ainda na década de 1960 do século passado, o decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967<sup>3</sup>, complementa e estabelece as características de televisão educativa. Esta deveria ser destinada à divulgação de programas educacionais, mediante a transmissão de aulas, conferências, palestras e debates; sem caráter comercial – sendo, portanto, proibida a veiculação de programas com fins não-educativos. Ficou definido também que poderiam operar o Sistema Educativo de Televisão apenas União, estados e municípios, universidades brasileiras e fundações constituídas no Brasil. Mais ainda, o Estado brasileiro não precisava publicar edital para as outorgas dessas estações.

A primeira emissora do Sistema Educativo a entrar no ar foi a TV Universitária de Pernambuco, em 1967, vinculada ao Ministério da Educação. Nos sete anos seguintes, surgiram mais oito emissoras educativas. Entre estas podemos citar a TV Cultura de São Paulo, vinculada ao governo estadual, e a TVE do Rio Janeiro, com fundação pública ligada ao Ministério da Educação.

Com tantas restrições para os canais educativos em relação à programação e, principalmente, para viabilizar a manutenção financeira das emissoras, a rede Educativa permaneceu com poucos integrantes até a década de 90. Para Bolaño (2007), o fracasso do Sistema Educativo e das emissoras locais, ocorreu essencialmente pela condição de operarem como retransmissoras e a proibição de publicidade nas educativas, norma defendida pelos concessionários das emissoras comerciais.

Assim pode-se dizer que o aumento no número de emissoras educativas foi lento durante as três primeiras décadas depois da implantação da emissora

---

<sup>3</sup> Decreto disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del0236.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0236.htm) (Acesso em 30/05/2016)

pernambucana pioneira do Sistema Educativo. Até 1997 eram 20 TVs em todo o Brasil. Porém, final do ano de 2005 verifica-se que houve uma explosão no aumento de concessão de TVs educativas, visto que elas já eram 167, ou seja, houve um crescimento de 735%.

Ao que tudo indica, três fatores principais condicionaram a expansão deste sistema de radiodifusão. O primeiro fator foi a mudança na legislação que regulamenta a radiodifusão feita durante o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). A promessa desse governante era moralizar o setor, uma vez que historicamente as emissoras comerciais tinham sido utilizadas como instrumento ou moeda de barganha política para beneficiar aliados políticos do governo federal em troca de apoio. Teoricamente, com a mudança na legislação supracitada, sustentava-se a ideia de que era preciso acabar com o “toma lá dá cá” no processo de concessão de canais de TV brasileiros, ou seja, como o chamado clientelismo ou coronelismo eletrônico<sup>4</sup>. Com esta medida as novas concessões das TVs comerciais começaram a ser vendidas por meio de licitação. O segundo fator correspondeu à autorização concedida as emissoras educativas para operar com totalidade de programação local, as quais anteriormente tinham a obrigatoriedade de retransmitir a programação da TV Educativa do Rio de Janeiro e da TV Cultura de São Paulo. O terceiro fator que provocou o crescimento das emissoras educativas foi a distribuição das concessões gratuitas, também sem a necessidade de licitação.

A promessa de mudança e alterações da legislação no governo de Fernando Henrique Cardoso permitiu maior transparência no processo de distribuição das emissoras comerciais. Porém, como veremos adiante, ainda assim, criou-se uma alternativa para a continuidade das velhas práticas políticas, que impedem a democratização da comunicação.

---

<sup>4</sup> “O coronelismo eletrônico é um fenômeno do Brasil urbano da segunda metade do século XX, que resulta, dentre outras razões, da opção que a União fez, ainda na década de 30, pelo modelo de outorga, a empresas privadas, da exploração dos serviços públicos de rádio e televisão. Resulta também das profundas alterações que ocorreram na política brasileira com a progressiva centralidade da mídia iniciada durante os anos de regime militar (1964-1985)”. (LIMA, 2007, p.113)

Se os meios de comunicação são mediadores de cultura, principalmente a TV e o rádio, é fundamental entender o funcionamento da regulação desses meios, uma vez que “Como a cultura é modelada, controlada e regulada, nos governa – ‘regula’ nossas condutas, ações sociais e práticas e, assim, a maneira como agimos no âmbito das instituições e na sociedade mais ampla”. (HALL, 1997, p. 20). As contribuições de Stuart Hall são relevantes para refletirmos sobre as relações de poder que intervêm na regulação da cultura, e podemos dizer também da TV e do rádio, bem como para compreendermos as mudanças ocorridas no processo de regulação da radiodifusão brasileira:

Qual a relação que existe entre a “cultura” e outras forças que exercem um poder determinante de controle, de modelagem sobre a cultura? A princípio é a política, a economia, o Estado, ou o mercado o fator mais determinante em relação à cultura. É o Estado que, através de suas políticas legislativas, determina a configuração da cultura? Ou são os interesses econômicos ou as forças de mercado com sua “mão oculta” que estão de fato determinando os padrões de mudança cultural? (HALL, 1997, p. 16)

Como o sistema de radiodifusão no Brasil nasceu privado, o governo federal distribuía concessões gratuitamente, o rádio e a televisão tinham também o objetivo de integrar o país e desenvolver um mercado de consumo destinado à classe média. Observamos que a política nacional de comunicação foi construída por meio de uma intersecção de interesses entre Estado, mercado e política. Ao questionar a lógica das políticas de comunicação no Brasil, Bolaño (2007) destaca:

A legislação, na verdade, nada mais é do que a formalização de um determinado consenso social, que retrata a posição relativa dos diferentes atores na estrutura hegemônica da sociedade num dado momento e cuja validade se prolonga no tempo de acordo com o prolongamento da estabilidade daquela estrutura (BOLAÑO, 2007, p.7)

Como no Brasil a distribuição das emissoras de rádio e de televisão tem sido marcada pelo clientelismo eletrônico e a concentração da mídia eletrônica, é difícil imaginar que o processo de democratização da comunicação será acelerado e transparente. Isto trará consequências políticas, culturais, sociais e econômicas de longo alcance e profundidade, visto que pode impedir o debate plural e democrático de ideias, pode tornar invisíveis atores e movimentos sociais, pode padronizar comportamentos e

construir percepções e consensos, segundo critérios e métodos não transparentes e não submetidos ao interesse das sociedades.

Como foi visto anteriormente, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso prometia mudança nos critérios de distribuição das emissoras de TV Comercial, que eram sempre distribuídas gratuitamente para beneficiar correligionários políticos. Seu ex-ministro, Sérgio Motta, usava como exemplo a negociação feita pelo ex-presidente José Sarney (1985-1990) para denunciar essa prática de concessão de radiodifusão como moeda de barganha política. Segundo Motta, Sarney concedeu para 91 parlamentares do Congresso Nacional brasileiro 168 emissoras de rádio e TV, visando ficar cinco anos no mandato de Presidente da República (COSTA & BRENER, 1997, p. 30).

Como se vê, no século passado, o auge desse modelo inadequado para a democratização das concessões de TVs pelo governo brasileiro se deu no governo José Sarney. Como afirma Othon Jambeiro:

Durante o governo do presidente Sarney as concessões foram ostensivamente utilizadas como moeda política, dando origem a um dos episódios mais antidemocráticos do processo constituinte. Em troca de votos favoráveis ao mandato de cinco anos para presidente foram negociadas 418 novas concessões de rádio e televisão. Com isso, cerca de 40% de todas as concessões feitas até o final de 1993 estavam nas mãos de prefeitos, governadores e ex-parlamentares ou seus parentes e sócios. No total, o presidente Sarney autorizou, entre 1985 e 1990, 1028 concessões de rádio e TV – o que representa 30% de todas as concessões feitas no país desde 1922. (JAMBEIRO *apud* BOLAÑO, 2000, p. 82)

Em relação às emissoras comerciais houve uma mudança. As novas emissoras passaram a ser vendidas em licitação, porém o governo deixou aberta uma brecha para a continuidade da velha prática política de distribuir gratuitamente emissoras de TV. As retransmissoras de televisão (RTVs), modalidade na qual estão inseridas as TVs Educativas, reguladas pelo decreto 81.600/1978<sup>5</sup>, deveriam ser simples repetidoras de televisão e, por isso, eram outorgadas por portaria do Ministério das Comunicações, sem necessidade de realização de licitação ou de se ouvir o Congresso.

---

<sup>5</sup> Decreto estabelecido em plena ditadura militar no Brasil pelo então presidente militar general Ernesto Geisel disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/Antigos/D81600.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D81600.htm) (Acesso em 30/05/2016)

Porém, com o processo de redemocratização política do Brasil a partir de 1985 e, conseqüentemente, com a elaboração de uma nova Constituição Federal, o poder de outorga e renovação das concessões de radiodifusão do governo passou a ser compartilhado com o Congresso Nacional, visto que este passou a apreciar o poder acima citado. Conforme explica Venício Lima:

A Constituição de 88 também determina no § 1º do seu artigo 223 que os atos de outorga e renovação de concessões de radiodifusão deverão ser apreciados pelo Congresso Nacional. O Poder Executivo passou, portanto, a compartilhar o seu poder de outorga com o Congresso Nacional. Mesmo assim, ele continua a utilizar as concessões de radiodifusão – comercial, educativa e comunitária – como moeda de barganha política. (LIMA, 2008, p. 13)

Como afirmamos antes, as TVs Educativas continuaram sendo concedidas sem licitação, embora com o decreto 1.720 do ano de 1995<sup>6</sup> do governo Fernando Henrique Cardoso, elas deixaram de ser exclusivamente retransmissoras da TV Cultura (São Paulo) e da TV Educativa (Rio de Janeiro) e passaram a ser geradoras.

Por meio do decreto acima citado, as TVs Educativas foram autorizadas a inserir até 15% de programas próprios. Um novo decreto do governo FHC, ampliou ainda mais as funções dessas TVs. Ele permitiu que novas fundações recebessem concessões onde houvesse canal de geradora disponível. Com a concessão de geradora em seu poder, as retransmissoras que podiam, na época, gerar no máximo duas horas de programação por dia poderiam chegar a 100% de produção local, desde que tenham um caráter educativo, e retransmiti-la para as cidades vizinhas. A possibilidade de operar praticamente com programação local e, ainda, a facilidade para se obter a concessão das TVs educativas em comparação aos comerciais, provocou um aumento no número de emissoras do sistema. Foi nesse contexto histórico em que o Canal Futura surgiu.

Vinte anos depois da criação da Fundação Roberto Marinho que se propunha a levar educação a milhares de brasileiros por meio da comunicação de redes sociais e parcerias, se concretizou um projeto social de comunicação de grande porte. Em 10 de setembro de 1997, era criado o Canal Futura, num período em que os movimentos sociais e as organizações não governamentais se tornavam efetivamente

---

<sup>6</sup> Decreto disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D1720.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1720.htm) (Acesso em 30/05/2016)

mais atuantes, desencadeando ações para a construção da cidadania. Da mesma forma, as empresas privadas e públicas também se tornavam mais conscientes de sua responsabilidade neste âmbito.

Assim, o Canal Futura nascia com a missão de contribuir para a formação educacional da população, tanto da criança e do jovem quanto do trabalhador e de toda sua família. O desenvolvimento do Canal foi ancorado em quatro princípios essenciais: o espírito comunitário (incentivando a participação da população em ações que tragam melhorias na qualidade de vida das comunidades), o pluralismo (refletindo a diversidade de manifestações culturais brasileiras), o espírito empreendedor (valorizando a iniciativa individual e incentivando a responsabilidade de cada indivíduo no seu crescimento e no desenvolvimento do país) e a ética (resgatando o respeito aos valores éticos e aos direitos do cidadão).

Dessa forma, o Canal Futura tem buscado contribuir para o dia a dia das pessoas, oferecendo-lhes entretenimento e conhecimento útil para a vida. Trabalha com instituições e redes sociais, mobilizando comunidades que desenvolvem projetos em conjunto com as equipes de mobilização e programação do Futura. Por meio dessa atuação, o canal procura colocar em conexão pessoas, ideias, redes e instituições e busca ser um veículo que está presente na vida de milhões de brasileiros. Contudo, mantém um número de telespectadores próximo aos 46 milhões, segundo uma pesquisa encomendada pelo Canal ao Instituto Datafolha no ano de 2013<sup>7</sup>, pouco expressivo se comparado aos índices das emissoras comerciais, que chegam próximo aos 180 milhões de telespectadores.

Operado pela Globosat, o Futura está no ar 24h, todos os dias, com uma cobertura tecnológica que atinge 115,7 milhões de brasileiros, através de diferentes ambientes de distribuição. O espectador pode assistir ao Futura gratuitamente através das parabólicas analógicas em todo o território nacional, ou por meio de TV aberta em alguns estados brasileiros a partir do Canal 18 UHF em São Gonçalo, Niterói e alguns bairros do Rio de Janeiro (RJ). O Canal Futura também está disponível através da

---

<sup>7</sup> Pesquisa disponível em: <http://www.futura.org.br/pesquisas/> (Acesso em 02/06/2016)



televisão por assinatura por cabo ou por satélite em operadoras como a NET, SKY, Oi TV, Claro TV, GVT e outras de distribuição regional ou local.

Ele é consequência da parceria entre organizações da iniciativa privada unidas pelo compromisso de investir socialmente. Líderes nos seus segmentos, essas organizações promovem ações de efetivo impacto em áreas prioritárias da agenda nacional. Privado e não comercial o Futura traz um modelo pioneiro de relacionamento com o mercado, tendo parceiros mantenedores ao invés de patrocinadores e anunciantes, o que a difere de outras emissoras educativas, como a TV Educativa, que traz o modelo de uma TV pública nacional e independente, e a TV Cultura, que é custeada por dotações orçamentárias legalmente estabelecidas e recursos próprios obtidos junto à iniciativa privada.

Funcionando como um caminho de mão-dupla, o Futura recebe apoio dos parceiros para a manutenção da programação e das ações de mobilização social e ao mesmo tempo contribui no desenvolvimento de ações sociais de seus parceiros. Representantes de cada uma das instituições parceiras fazem parte do Conselho Consultivo do Futura, auxiliando nas diretrizes da programação, mobilização e avaliação dos resultados dos projetos desenvolvidos. Os parceiros mantenedores passam a ter sua marca institucional incluída na programação do Futura, no material gráfico produzido, nas campanhas publicitárias veiculadas em diferentes mídias e recebem cobertura jornalística de suas ações sociais, em matérias apresentadas no canal, também podem utilizar a marca Futura em seus produtos e comunicação institucional.

Os parceiros ainda podem apoiar a produção de programas inéditos, que sejam de seu interesse e que estejam alinhados com sua área de atuação ou de trabalho social. Nesta modalidade de apoio os parceiros utilizam sua marca e slogan institucionais para assinar a abertura, o encerramento e as chamadas dos programas. Assim, o canal é subsidiado por empresas que agregam valores educativos às suas marcas, mas não oferece espaço para a manifestação da diversidade de vozes que formam a sociedade brasileira.

O Futura também realiza coproduções com instituições e emissoras internacionais. Desde 2004 a parceria com a Soico TV (STV), de Moçambique, vem se

fortalecendo. As parcerias com outros países contribuem para a pesquisa e desenvolvimento de novos formatos e programas para licenciamento em TVs estrangeiras. O Futura por sua vez adquire programas estrangeiros que mesclam conteúdo educativo com entretenimento, como as séries infantis Historinhas de Dragões, Madeline e os Lunnis. Além disso, o conteúdo do canal já foi licenciado para a veiculação em emissoras da Europa, África, Estados Unidos, Ásia e América do Sul. E também está disponível para aquisição de outras emissoras do mercado brasileiro.

Hoje, o Canal Futura conta com 29 TVs universitárias parceiras, que retransmitem sua programação em sinal aberto, por operadora de cabo local ou ainda em circuito interno. A programação é incrementada por produções locais feitas pelas próprias universidades. O objetivo da parceria é difundir o conteúdo do canal no meio acadêmico e nas comunidades vizinhas. Assim, é possível gerar uma programação nacional com sabor regional, aumentar a sinergia com pesquisas acadêmicas e, ainda, incentivar a utilização pedagógica do Futura nas ações de extensão universitária.

Esta parceria com Universidades permite a produção de conteúdos locais, exibidos nacionalmente, possibilitando intercâmbio com diferentes centros de produção de referências e valorizando a diversidade cultural e o regionalismo. Os programas do Futura também são utilizados por cerca de 12 mil instituições, entre escolas, creches, presídios, hospitais, centros de saúde, bibliotecas, ONGs e órgãos públicos. Desta maneira, a programação veiculada pelo Canal Futura continua funcionando mesmo com a TV desligada, pois ela é ponto de partida para diversas ações pedagógicas.

Contudo, se por um lado o Canal Futura procura contribuir para a formação educacional da população e para a construção de conhecimentos sobre a realidade social da criança, do jovem, do trabalhador e de sua família, por outro, ele pode acabar não atingindo de forma concreta esse público, ou seja, não atender aos seus interesses ou aspirações. Os programas telejornalísticos do Canal Futura dedicados à educação nem sempre investem na renovação da linguagem e na interação com o telespectador, embora o jornalismo seja uma forma de conhecimento e possa colaborar para ampliar a percepção da experiência do cotidiano de todas as faixas etárias, por meio de usos críticos e criativos de conteúdos e formatos em áudio e vídeo. Essa ambivalência que caracteriza a linguagem desses programas é a principal questão que iremos refletir no

próximo capítulo com auxílio dos estudos de mídia e educação, bem como dos estudos sobre televisão e jornalismo.

### 3. Mídia e jornalismo como formas de conhecimento

Para pensarmos como as relações entre jornalismo e educação se manifestam no Canal Futura precisamos de referências dos estudos de mídia e educação, bem como dos estudos de jornalismo. Assim, buscamos refletir tanto sobre o potencial de usos e apropriações da televisão e de mídias digitais em processos de aprendizagem para ampliar percepções sobre a realidade social quanto sobre o jornalismo como forma de conhecimento. As contribuições de autores de dois campos de saberes distintos são relevantes para amparar a análise proposta neste trabalho.

Em frações de segundo, um trecho de um acidente de carro passa para tela de um celular, em seguida para outro aparelho telefônico e logo depois o vídeo já está disponível na rede. Imagens capturadas por dispositivos móveis são transmitidas em tempo real e, assim, são iniciados ciclos, quase infinitos, de transmissão e reprodução de imagens. Este é apenas um dos sinais que evidenciam a sociedade mediatizada, que se estruturou nas últimas décadas do século passado e se desenvolve de forma exponencial nos primeiros anos do século XXI.

Em 1967, o filósofo Guy Debord em seu livro *A Sociedade do Espetáculo*, afirmou que “toda a vida das sociedades nas quais reinam as condições modernas de produção se anuncia como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo o que era diretamente vivido se afastou numa representação” (DEBORD *apud* BELLONI, 2005, p. 1). O autor ainda define espetáculo “não como um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediatizadas por imagens”. Se na década de 60 do século XX o impacto da mídia e das imagens foi percebido pelo pensador francês, o que dizer nos dias de hoje, com o desenvolvimento e os usos cada vez mais acelerados de tecnologias digitais, como o aparelho celular, por exemplo, que serve como telefone, máquina fotográfica, filmadora, e ainda recebe transmissões de televisão, pode gravar sons, guardar arquivos digitais, entre outras funções.

Pensadores do nosso tempo e até mesmo órgãos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), reconhecem a relevância do uso das novas

tecnologias para a construção da cidadania na atualidade, uma vez que até mesmo o acesso ao conhecimento passa a ser mediatizado.

Se as pessoas estão sendo educadas por imagens e sons, por programas de televisão, cinema, pelos meios eletrônicos e tantos outros configurando os meios audiovisuais como um dos protagonistas do processo culturais e educativos, a escola precisa pensar tais potencialidades. Afinal, as mídias não só asseguram formas de socialização, mas também intervêm na construção de significados de nossa inteligibilidade e experiência de mundo. De fato, a cultura do consumo e as apropriações dos meios de comunicação provocam mudanças nas relações estabelecidas entre adultos, jovens e crianças na contemporaneidade, bem como na produção de subjetividades resultante das maneiras como a mídia organiza o cotidiano.

As sociedades contemporâneas se organizam cada vez mais a partir das mídias e de suas mediações, as quais intervêm nas relações entre os sujeitos e a cultura e nas interações coletivas. A leitura de mundo representada pelos meios de comunicação influencia os modos como os jovens constroem suas percepções da realidade. A escola e a família já não são mais as únicas instituições que desempenham o papel de educar. As mídias tradicionais e, especialmente, a televisão não só informavam e ofereciam entretenimento no século XX, mas também formavam valores e visões de mundo.

Hoje, com o incremento do processo de midiatização da sociedade resultante do desenvolvimento e os usos das mídias digitais, torna-se necessário refletir sobre os modos que os meios de comunicação podem ser utilizados para a ampliação de conhecimentos sobre a vida cotidiana de maneira crítica e criativa, de modo que os meios de comunicação não sirvam apenas para estimular o consumo e direcionar pensamentos. Assim, os estudos de mídia e educação sugerem que é possível e fundamental abrir espaços nos processos de aprendizagem para a formação de receptores críticos, conscientes e capazes de estabelecer uma relação dialógica com os processos de comunicação midiáticos.

As conexões teórico-metodológicas entre Comunicação e Educação são nomeadas de *media literacy*, “um campo de estudos em expansão que se constitui por

meio de diálogos estabelecidos entre pesquisadores de diferentes partes do mundo, inclusive da América Latina e do Brasil” (BECKER, 2016).

Hoje, a *media literacy* é considerada uma prática pedagógica capaz de abrir espaços físicos, eletrônicos e virtuais para o exercício da cidadania na cultura participativa, e tende a ser identificada como um conjunto de habilidades para capacitar crianças, jovens e adultos a se tornar participantes no cenário contemporâneo da mídia e alcançarem um entendimento sobre o que significa ser alfabetizado em um mundo interconectado e multicultural (JENKINS et al., 2009; REILLY, 2014 *apud* BECKER, 2016, p. 130).

As técnicas da *media literacy* também devem levar em consideração a carga cultural do próprio estudante, ou seja, levar em conta suas vivências e experiências. Segundo Becker (2016), a *media literacy* é mais do que a educação sobre a mídia ou a incorporação dos meios nas salas de aula, ela consiste em processos de aprendizagem que estimulam os estudantes a analisarem as mensagens, formularem suas próprias opiniões e se comunicarem por meio de diferentes modalidades de mídia. Ainda segundo a autora, os objetivos da educação em *media literacy* são desenvolver hábitos de questionamento e habilidades de expressão diversas, expandindo o aprendizado da escrita e da leitura de palavras para outras linguagens de mídia, de modo que os estudantes possam construir suas próprias reflexões críticas, se comunicarem e se tornarem cidadãos ativos na atualidade.

Dessa maneira, a *media literacy* é vista como um campo de conhecimento e prática social que reúne competências que permitem aos estudantes interpretarem os textos da mídia, se apropriarem de seus conteúdos e formatos e reconhecerem as influências das mensagens midiáticas na vida social e política. Segundo Bévort e Belloni (2009), essas ações devem partir dos interesses dos estudantes, proporcionar a análise crítica das mensagens da mídia, colaborar para o exercício da cidadania, propor novos paradigmas diante da globalização e da privatização da mídia e incluir oportunidades de múltiplas alfabetizações em diferentes meios e linguagens.

Girardello (2008) destaca que é preciso capacitar crianças e professores para a apreciação e recepção ativa, pois se as crianças não têm uma mediação adulta sistemática que as auxilie na construção de uma atitude mais crítica em relação ao que

assistem na televisão, a precariedade da reflexão sobre linguagem impede que a compreensão dessas crianças seja mais rica.

A esse respeito, o campo da educação-comunicação tem se preocupado com as mediações escolares e tem se configurado como um campo teórico-prático muito fértil para pensar a interface entre a educação e a comunicação. Os objetivos da educação para as mídias dizem respeito à formação do usuário ativo, crítico e criativo de todas as tecnologias de informação, enfatiza Belloni (2005). Para ela, a ideia de educação para as mídias é condição de “educação para a cidadania, sendo um instrumento fundamental para a democratização de oportunidades educacionais e do acesso ao saber e, portanto, de redução das desigualdades sociais” (BELLONI, 2005, p. 2).

Neste sentido, pode-se compreender que os avanços tecnológicos, se entendidos como processos sociais, implicam em transformações de interações e de instituições sociais — dentre as quais se situa a instituição escolar. Tais mudanças geram, num ritmo acelerado, uma série de impactos não só nas demandas educacionais, como também nos modos de interação com o conhecimento.

A noção de educação para as mídias abrange todas as maneiras de estudar, de aprender e de ensinar em todos os níveis [...] e em todas as circunstâncias, a história, a criação, a utilização e a avaliação das mídias enquanto artes práticas e técnicas, bem como o lugar que elas ocupam na sociedade, seu impacto social, as implicações da comunicação mediatizada, a participação e a modificação do modo de percepção que elas engendram o papel do trabalho criado e o acesso às mídias (UNESCO, 1984 *apud* BELLONI, 2005, p. 12).

A escola, como reflexo da sociedade, acaba sendo pressionada a lidar, de alguma forma, com tais tecnologias, que fazem parte do cotidiano dos cidadãos do século XXI. Esse cenário se configura no consumo elevado das mídias, nos impactos ideológicos dos produtos culturais, no crescimento nacional e internacional das tecnologias da informação e no predomínio de sistemas icônicos de comunicação e na penetração crescente da mídia nos processos democráticos, como tem sido possível observar nas eleições, as quais se constituem como eventos midiáticos. A instituição de ensino fica, então, diante do desafio de criar novos paradigmas para atender às demandas sociais de seu tempo.

Diante de tal cenário, segundo Belloni (2005), criaram-se nas últimas décadas duas dimensões essenciais de trabalho com as tecnologias de informação e comunicação no cotidiano escolar.

Neste contexto de mudanças aceleradas, duas novas disciplinas ou áreas de estudo e pesquisa delineiam-se, embora, ainda muito confusamente, em nossas universidades: mídia-educação (ou educação para as mídias), que diz respeito à dimensão ‘objeto de estudo’ e tem importância crescente no mundo da educação e da comunicação. Corresponde a *media educaction*, em inglês; *éducation aux médias*, em francês; *educación en los medios*, em espanhol, educação e media, em português; e comunicação educacional que se refere mais à dimensão ‘ferramenta pedagógica’ e vai se desenvolvendo como uma nova ‘disciplina’ ou campo que vem substituir e ampliar a ‘tecnologia educacional’ (também não tem ainda termo consagrado no Brasil) (BELLONI, 2005, p. 9).

Para Belloni (2005) a mídia-educação e a comunicação educacional poderiam ser utilizadas como referências pedagógicas ou como objeto de estudo complexo e multifacetado, se encaradas como “temas transversais”. Hoje, esse entendimento de comunicação e educação que vislumbra uma interface baseada em uma proposta libertadora, dialógica e de intervenção social, em detrimento do uso tecnicista dos meios de comunicação como suporte pedagógico é nomeado de mídia e educação. Assim, esse campo de estudo é conceituado como:

Adoção de uma postura “crítica e criadora” de capacidades comunicativas, expressivas e relacionais para avaliar ética e esteticamente o que está sendo oferecido pelas mídias, para interagir significativamente com suas produções e para produzir mídias também. Neste sentido, esta discussão também envolve os direitos das crianças, pois mais que prover e/ou proteger as crianças dos meios há que se pensar em formas de prepará-las mais eficazmente para as responsabilidades do ser criança hoje. Capacitá-las a partir de suas especificidades, analisar e refletir sobre suas interações com as mídias e criar condições para a participação (na medida do possível) em decisões que dizem respeito a este contexto. E isso deve estar claro nas mediações escolares, visto que a educação para as mídias não se reduz aos seus meios e aos seus aspectos instrumentais, pois as mídias situam-se numa arena de produção de significados (FANTIN, 2006, p. 31).

O objetivo maior do campo da mídia e educação encontra-se no cerne de uma educação para a cidadania, ao passo que se estabelece “uma condição para a democratização de oportunidades educacionais e de acesso ao saber, o que contribui



para uma redução das desigualdades sociais” (FANTIN, 2006, p. 31). A cidadania pode ser entendida a partir das seguintes concepções: no campo da liberdade individual, a qual abarca a liberdade, a igualdade, a locomoção e a justiça; na participação e no exercício do poder político, por meio da participação política em todos em todos os níveis como eleições, plebiscitos, participação em órgãos de representação (sindicatos, movimentos e associações); e por fim, os direitos sociais que abrangem direito e igualdade de usufruir um modo de vida digno, por meio do acesso ao patrimônio social ligado ao consumo, ao lazer, condições e direito a leis do trabalho, à moradia, à educação, à saúde entre outros.

A cidadania é um conceito que varia no tempo-espaço conforme o contexto vivido, podendo ganhar diferentes significados a partir da subjetividade de quem a exerce ou é excluído dela. Contudo, uma importante característica é que a cidadania pressupõe uma conquista popular, não se configurando como uma dádiva ou uma concessão, mas sim algo que advém da luta pelos direitos individuais, sociais e coletivos. Segundo Muniz Sodré, a educação seria o caminho para o exercício da cidadania plena. Para ele, educar é, antes de tudo, comunicar, o que significa que é a tentativa de implementar laços através de um quadro compartilhado de referências. A educação é processo e é por meio dela que podemos mensurar o nível de resistência social às lógicas da indiferença impostas por um mercado onde a acumulação de capital é sempre primordial. O autor acentua que “a educação hoje nos obriga a levar em conta a mudança crucial na vida das sociedades em consequência de mudanças no modo de acumulação de capital e no modo de relacionamento simbólico com o real, isto é, na cultura” (SODRÉ, 2002, p. 91).

Assim, compreende-se que o campo de atuação da mídia educação não se limita às práticas inseridas na educação formal, abrangendo igualmente os âmbitos não-formais e informais<sup>8</sup>. Esse leque de possibilidades vem delineando as práticas deste campo ao longo de seu percurso histórico. A história do debate que acompanhou as

---

<sup>8</sup> Segundo a definição de Gohn, “A educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; a informal como aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização [...] carregadas de valores e culturas próprias, de pertencimento e de sentimentos herdados: e a educação não-formal é aquela que se aprende no ‘mundo da vida’, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços de ações coletivas cotidianas”. (2006, p. 28)

experiências envolvendo a Comunicação e a Educação foi permeada por concepções teórico-práticas assumidas ao longo do tempo. Fantin (2006) apresenta, assim, um panorama histórico desta interface que compreende as diversas fases, sendo que seu nascimento e desenvolvimento dão-se nas primeiras décadas do século XX, concomitantemente à formação da indústria cultural<sup>9</sup>. A pesquisadora explica que, primeiramente, havia uma concepção na qual os meios de comunicação são vistos como uma ameaça à sociedade e devem ser combatidos pela educação. Posteriormente, com os estudos semióticos, inicia-se concepção da leitura crítica, que promove o discernimento e capacidade crítica voltada para algumas mídias como o cinema. O contexto da ditadura, presente nos países da América Latina, fez com que os estudos e as práticas em mídia educação ganhassem uma alcunha política, de resistência ao autoritarismo.

Para Fantin (2006) esta concepção ideológica, aliada ao aprofundamento das análises semióticas dos meios de comunicação, das contribuições dos estudos neomarxista que colocam a mídia como um espaço de reprodução social à medida que se torna uma arena de luta hegemônica, enseja na mídia educação uma proposta de comunicação alternativa. Por fim, a autora destaca concepção das ciências sociais, a partir da interação dos estudos da semiótica, da ideologia e da análise de consumo, a mídia educação pode contribuir para a formação de um sujeito ativo.

No Brasil, assim como na América Latina, as experiências em mídia e educação surgem em um contexto político peculiar: os regimes ditatoriais. As práticas de mídia educação emergem como resistência ao autoritarismo entre as décadas de 1960 e 1980 e se concretizam longe das escolas, em iniciativas de educação popular, promovidas pela Igreja Católica com as experiências dos Centros Populares de Cultura, Movimentos de Educação de Base e Movimentos de Cultura Popular, todos amparados no ideal da educação libertadora de Paulo Freire.

---

<sup>9</sup> Termo empregado pela primeira vez no livro *Dialética do Esclarecimento* de Adorno e Horkheimer, de 1947. Trata-se de um conceito que se refere ao processo de criação das manifestações culturais no cerne do capitalismo e a transformação da cultura em mercadoria. Adorno explica a indústria cultural como sendo um sistema no qual “em todos os seus ramos fazem-se, mais ou menos segundo um plano, produtos adaptados ao consumo das massas e que em grande medida determinam esse consumo. [...] A indústria cultural é a integração deliberada a partir do alto, de seus consumidores. Ela força a união dos domínios separados há milênios, da arte superior e da arte inferior. Com o prejuízo de ambos” (ADORNO, 1978, p. 287)

Problematizar a presença dos meios de comunicação na vida diária das comunidades, buscando uma “visão crítica”, e a utilização dos dispositivos comunicacionais como recursos expressivos, dialógicos, de um conhecimento que parte do cotidiano do educando. Essas concepções foram exploradas pelos movimentos sociais, pela Igreja e pela Universidade (FONSECA, 2004, p.35).

Com o processo de redemocratização do país na década de 1980, inicia-se uma reflexão teórica acerca dessas práticas. Nota-se, no Brasil, que as experiências em mídia educação ocorrem a partir de um associativismo entre ONGs, instituições de ensino e movimentos populares, acontecendo, sobretudo, em espaços não formais e informais, uma vez que não se encontra um apoio efetivo por parte dos governos para sua implementação na grade curricular de ensino. Nesse sentido, Peruzzo ao tratar dos processos educativos ensejados nos movimentos populares, por meio das práticas comunicativas, explica:

As dimensões do engajamento na dinâmica local, conteúdo das mensagens e da participação em todas as fases do processo comunicativo, em geral, acontecem interligadas e se configuram como ideal em termos de ação edu-comunicativa no âmbito dos movimentos comunitários. (PERUZZO, 2001, p. 122)

A partir dessa perspectiva, a autora cunha o termo Educomunicação Comunitária para conceituar “o processo que se refere às inter-relações entre Comunicação e Educação informal (adquirida no dia-a-dia em processo não organizado) e não formal (formação estruturada e pode levar a uma certificação, mas difere da educação formal ou escolar)” (PERUZZO, 2007, p.82) À medida que os sujeitos participam do fazer midiático, inicia-se um processo de educação através da mídia, ou seja, por meio da

linguagem, forma de expressão e produção, pois assim como não se aprende a ler sem aprender a escrever, não se faz mídia educação só com leitura crítica e uso instrumental das mídias, sendo necessário aprender a escrever com as mídias (...) objetivando a interação dos sujeitos com as mídias e promovendo o conhecimento criativo e também crítico de suas linguagens (FANTIN, 2006, p. 86)

Ao aliar a educação por meio da mídia com propostas que estejam embasadas na realidade dos educandos, visando não somente um processo de leitura crítica da mídia ou o processo de cognição interferido pela midiatização da sociedade, mas que estes alunos possam também fazer uso destes meios para o desenvolvimento de

sua comunidade e para o fortalecimento de um sentimento de pertença, a mídia educação toma para si uma formação cidadã arraigada na reflexão crítica da realidade. Nesse sentido, a mídia educação toma partido das ideias de Paulo Freire, que invocam para si a prática educativa a necessidade de se pensar o homem como um ser que vive no mundo e com o mundo. Segundo Freire (1979), a vocação ontológica do homem é a de ser sujeito, desenvolvendo uma reflexão a respeito das condições espaço-temporais de sua realidade, para que ele possa, assim, introduzir-se nelas de maneira crítica. As relações que o homem vai estabelecendo com o mundo, na medida em que se afirma como ser inacabado, temporalizado e situado, são criadas e recriadas como respostas plurais aos desafios que este mundo o apresenta. Ao entender a realidade que o cerca, o homem torna-se capaz de diagnosticar problemas, levantar hipóteses e propor soluções em relação ao seu meio, podendo assim transformá-lo.

Porém, segundo Becker (2012) os usos e o desenvolvimento das tecnologias digitais têm transformado de maneira expressiva os modos como se ensina e se aprende o mundo na atualidade e intervêm cada vez mais nas formas de socialização. A mídia constitui-se cada vez mais em um ambiente estratégico de mediação de discursos de instituições e de outros campos de produção simbólica na atualidade. Porém, os textos midiáticos não são reflexos da realidade, mas construções que direcionam a criação de vínculos e identidades. Nesse sentido, o entendimento das combinações entre palavras, imagens e outros elementos dos textos audiovisuais contribui para uma maior percepção dos sentidos das mensagens da mídia.

Em artigo do ano de 2016, a autora também argumenta que o desenvolvimento e os usos das tecnologias digitais e que a atual diversidade e difusão do saber em distintos suportes e linguagens é um dos desafios mais complexos que os processos de comunicação apresentam ao sistema educacional. Para ela, a escrita com as palavras é apenas uma das maneiras possíveis de atribuir significações à vida e aos acontecimentos, e cada um dos códigos tem potencialidades diferentes em relação a tarefas distintas, o que incrementa a visualidade como recurso de construção de sentido. De tal modo, ela sugere que não se vive apenas uma mudança do domínio da escrita para a imagem como forma de representação e do livro para a tela como meio de comunicação. A digitalização permite uma linguagem comum de dados, palavras, sons,

imagens e vídeos que desmonta o dualismo que até agora opunha o livro aos meios audiovisuais, configurando um novo espaço público e de cidadania nas – e a partir das – redes, assim como nos movimentos sociais e meios comunitários. Assim, a autora revela a necessidade de uma alfabetização digital aberta às múltiplas escrituras, dedicada ao aprendizado de leitura e escrita dos textos audiovisuais, para uma participação crítica e criativa na vida social e na mídia. Afinal, como afirma Martín-Barbero (2014), os cidadãos devem ter oportunidades de ler os livros impressos, mas também de ler noticiários de televisão, videogames, vídeos e hipertextos.

Por essas razões, investigar e fortalecer interações críticas e criativas das audiências com os textos midiáticos nas pesquisas acadêmicas e nas práticas pedagógicas implicam repensar o papel da comunicação e dos meios associados à construção de conhecimentos e ao próprio audiovisual como linguagem e forma de pensamento, desconstruindo os modos como as combinações de áudios e vídeos contam todos os dias histórias da vida social e refletindo sobre o regime de visibilidade pública regido pela midiática. O jornalismo é uma forma de conhecimento já que contribui para decifrar e orientar as pessoas sobre o que acontece no mundo. Entretanto, o imediatismo e a instantaneidade necessários para a transmissão das notícias nem sempre colaboram para a formação de alguma consciência crítica sobre uma determinada realidade histórica ou acontecimento (BECKER *apud* BECKER, 2012, p. 232).

Dessa forma, se o jornalismo produz e reproduz conhecimento útil para as sociedades e seus indivíduos, não se pode deixar de considerar que esse conhecimento por ele produzido tem os seus próprios limites e apresenta também uma série de problemas estruturais, como aponta Meditsch (1998, p. 9-10): a forma de conhecimento produzida pelo Jornalismo “será sempre condicionada histórica e culturalmente por seu contexto e subjetivamente por aqueles que participam desta produção. Estará também condicionada pela maneira particular como é produzida”.

A partir dessas considerações, compreende-se que o jornalismo apresenta algumas questões problemáticas, como os fatores condicionantes dessa atividade: a visão do jornalista sobre o mundo, as orientações da organização onde trabalha, as condições com as quais conta para realizar suas tarefas e os interesses envolvidos na circulação das informações. Assim, sem a devida transparência, a atividade jornalística

pode não apresentar claramente ao público os critérios de decisão que pautam suas versões dos fatos e as realidades que constrói. Para Eduardo Meditsch (1998) é necessário aumentar a exigência e rigor sobre os conteúdos jornalísticos e a formação profissional dos jornalistas, como produtores e reprodutores de conhecimento que são.

Dessa maneira, para superar a homogeneidade dos discursos privilegiando a diversidade, há a necessidade de construir perspectivas capazes de concretizar um ensino inovador e independente que não seja apenas reprodutor de valores e ideias dos sistemas de mídia tradicionais, porém capaz de discuti-los, assim como os tipos diferentes de gêneros discursivos<sup>10</sup> e de reportagens, inclusive, em função da convergência (BECKER, 2012, JENKINS, 2008). Assim, segundo Becker (2012), deve-se estimular o entendimento e as apropriações da mídia em conjunto com os interesses dos cidadãos, de modo que não sejam usados ou programados por ela e pela própria imprensa como consumidores passivos das representações de mundo ofertadas pelos meios, mantendo hábitos, valores e escolhas sem questioná-los. De tal modo, os estudantes poderão interpretar as notícias atribuindo-lhes significação e sentidos próprios, além de produzir relatos sobre a realidade e as experiências sociais cotidianas diversas. Nesse sentido, a educação em jornalismo deve priorizar um aprendizado associado ao exercício da interpretação dos textos noticiosos, desconstruindo representações e referentes midiáticos (Idem). Para a autora a centralidade da comunicação é marcada pela:

expressiva participação das audiências por meio de telas de televisão, de computadores, de celulares e de outros dispositivos técnicos na construção da informação e das relações sociais; a transmidialidade, a possibilidade de um conteúdo midiático circular e ser acessado em diferentes suportes; e a hibridização de linguagens resultante da convergência. Além disso, a condição comunicacional contemporânea é caracterizada pela possibilidade de interagir pela primeira vez na história de maneira real e material com os produtos midiáticos no ambiente digital (Ibidem, p. 234).

Hoje, diferentes grupos de pessoas vão a quase qualquer parte em busca tanto de experiências de entretenimento e consumo quanto de apropriação dos

---

<sup>10</sup> Assume-se aqui a definição do conceito de gênero discursivo apresentada por Mikhail Bakhtin porque, como propõe o autor, a riqueza e diversidade dos gêneros do discurso são infinitas, especialmente na convergência entre as mídias: “o repertório de gêneros do discurso, ... cresce e se diferencia à medida que se desenvolve e se complexifica um determinado campo (BAKHTIN *apud* BECKER, 2012, p.232).

dispositivos técnicos no ambiente digital para prática do ativismo, reafirmando o valor das audiências nos atuais processos de comunicação midiáticos. Por essa razão, a autora afirma que fortalecer interações críticas e criativas das audiências com os textos midiáticos torna-se um grande desafio para o campo da Mídia e da Educação. Desse modo, é importante pensar em uma educação capaz de contribuir para a compreensão das mensagens televisuais, revelando suas características enunciativas, seus modos de construir sentidos.

A educação para leitura da mídia e para produção de outros conteúdos e formatos noticiosos audiovisuais sugere, conseqüentemente, um domínio relativo da linguagem audiovisual e da técnica televisiva. Isto é possível através do desenvolvimento de habilidades para a análise dos programas televisivos e para a produção de narrativas jornalísticas mais criativas, capazes de gerar novas formas de pensar e agir por meio de combinações inovadoras de palavras e imagens e modos diferenciados de inserção dos cidadãos na vida social. Nesse sentido, a educação para a mídia poderia ser assumida como uma forma de introdução às práticas democráticas, um estímulo para o questionamento de valores dominantes, para o acesso ao saber e ao exercício da cidadania por meio de um domínio relativo das tecnologias de comunicação (BECKER, 2012).

Ainda que a expressão educação para a mídia pressuponha o tema mídia como objeto de ação educativa, não se deve restringir a utilização dos meios de comunicação de massa para fins educativos na escola. Segundo Fantin (2006), educar para as mídias implica na adoção de uma postura crítica e criadora de capacidades comunicativas, expressivas e relacionais para avaliar ética e esteticamente o que está sendo oferecido pelas mídias para interagir significativamente com suas produções e para produzir mídias também. De acordo com Becker (2012), educar para a mídia supõe, portanto, a capacidade de estabelecer relações coerentes e críticas entre o que aparece na tela e a realidade do mundo fora dela, analisando o papel dos meios de comunicação, as linguagens e os códigos dos textos audiovisuais de forma mais crítica, inclusive os textos jornalísticos.

As histórias contadas pela imprensa contribuem para decifrar e compreender a realidade e quanto mais democrática é uma sociedade, mais informações e notícias

existem. Por isso, implica em um fazer e em um saber específicos (GENRO FILHO, 1987), o que demanda não apenas uma formação técnica para o exercício da profissão, mas também ética e humanista em função de seu estratégico lugar social. Todavia, a prática jornalística não pode ser vista sem contradições em relação ao seu papel idealizado de formador do cidadão. É essencial compreender que embora a objetividade e a imparcialidade constituam-se como princípios do jornalismo, “os relatos jornalísticos são impregnados de subjetividades” (MOTTA, 2004 *apud* BECKER, 2012) e construídos sobdeterminados interesses econômicos, políticos e culturais. A leitura crítica das notícias é, portanto, uma espécie de resistência à midiaticização. Os textos midiáticos de diferentes gêneros, inclusive os jornalísticos, buscam informar, seduzir, encantar, persuadir e convencer de acordo determinados regimes de visibilidade. A produção de notícias e as novas relações entre jornais, fontes e leitores, motivadas pela cultura da participação também contribuem para um questionamento do status do jornalismo e de sua mediação na atualidade, uma vez que a credibilidade e a influência social exercida pelas informações não são mais atribuídas apenas ao gênero jornalístico, construído na tênue fronteira entre o acontecimento e a narrativa (BECKER *apud* BECKER, 2012).

Entretanto, o jornalismo não deixa de exercer um lugar estratégico e essencial na vida social, e de ter, contraditoriamente, a chance de se reinventar (MEDITSCHT, 2010), contribuindo para o estabelecimento de sociedades mais descentralizadas e democráticas. Essas mudanças já seriam suficientes para reafirmar a importância do ensino do jornalismo na contemporaneidade, mais especificamente do jornalismo audiovisual buscando compreender, que os formatos e conteúdos audiovisuais e suas mediações tecnológicas e culturais são constituídos por uma hibridização entre tecnicidade e visualidade (MARTÍN-BARBERO, 2001).

O sentido de tecnicidade não se relaciona à ideia de aparato tecnológico, mas à competências de usos de linguagens e às suas mediações (MARTÍN-BARBERO, 2004, p. 237). São as materialidades no discurso que remetem à constituição de gramáticas que dão origem aos formatos midiáticos, recuperando o original sentido do



termo grego *techné*<sup>11</sup>, que remetia ao saber fazer, à habilidade de expressar através de formas materiais, destreza que se atualiza com base nos modos de lidar com a linguagem. A tecnicidade não se refere aos instrumentos, mas aos saberes, à constituição de práticas discursivas, aos modos de percepção social. Já a mediação da ritualidade se relaciona àquilo que configura os nexos simbólicos, tornando possível a constituição de sentidos (Ibidem, p.323). Não por acaso relaciona os formatos à recepção, uma vez que permite observar trajetórias de leituras, apropriações dos meios convocadas pelos produtos, regulando interações entre espaços e tempos da vida cotidiana e espaços e tempos midiáticos (MARTÍN-BARBERO, 2008, p.19). Martín-Barbero afirma que a técnica é constitutiva de significação, para além da habilidade de fazer, agrega a habilidade de argumentar, expressar, criar e de comunicar, ver, ouvir, ler, produzir novas linguagens, novas formas de expressão, textualidade e escritura. A recusa de uma percepção instrumental da técnica implica na compreensão da tecnicidade como um novo regime de visualidade. Sob essa perspectiva a mídia pode ser estudada, como propõe Fischer (2002), para construção de conhecimentos:

É possível fazer da mídia objeto de estudo, para dessa maneira falar sobre nosso tempo, problematizar nosso cotidiano, fazer a história de nosso presente, sem procurar os não-ditos, as verdades recalçadas, mas antes descrever como nós vamos constituindo deste e não daquele jeito, no caso, a partir da ação da mídia ou, pelo menos, com sua insistente participação. (FISCHER, 2002, p.88)

Assim, segundo a autora, é possível estudar as imagens, textos e sons – especialmente da TV – partindo do pressuposto que não retiraremos representações pré-determinadas, mas possibilidades de significação, ou seja, possibilidades de leitura dos enunciados e das visibilidades que constituem o espaço da mídia de acordo com cada indivíduo.

Esses processos de leitura crítica e de produção de narrativas jornalísticas na TV e na Internet sugerem a diminuição do poder do texto audiovisual de modelar a vida social. Permitindo reconhecer que notícias e outros textos que utilizam a linguagem audiovisual e recursos multimídia são constituídos por modos de dizer, de perceber e de intervir na experiência e na vida social, e seus efeitos de sentidos também dependem do modo como interagimos com os meios midiáticos (BECKER, 2012, p.246).

---

<sup>11</sup> O termo pode ser traduzido para a palavra “técnica” em português que se traduz por “arte” ou “ciência”. Uma técnica é um procedimento que tem como objetivo a obtenção de um determinado resultado, seja na ciência, na tecnologia, na arte ou em qualquer outra área.

A partir dessas perspectivas, buscaremos compreender no próximo capítulo se e como o Canal Futura colabora para a construção de conhecimentos. Questionaremos o espaço que o Jornalismo ocupa na grade de programação desta emissora educativa e investigaremos como são estabelecidas as relações entre mídia e educação nos conteúdos e formatos do programa Conexão Futura. Este programa foi escolhido como objeto de estudo de nossa análise porque esta monografia também é uma forma de refletir sobre o estágio profissional ali realizado, integrando teoria e prática, fazendo e pensando o jornalismo audiovisual, bem como suas relações com os processos de aprendizagem.

Sugerimos que a televisão passa por profundas transformações uma vez que, segundo Orozco (2014), ela está deixando de ser uma tela dominante para ser uma tela a mais entre muitas outras que atingem, a cada dia, os mais amplos setores de audiência. Porém, ainda segundo o autor, a TV segue se reinventando, não obstante os múltiplos e crescentes desafios que sofre a partir da rede em seu entorno.

Nesse sentido, a TV compete, e tem competido, principalmente, por meio dos canais pagos que se especializam para satisfazer os gostos particulares do público. Ao mesmo tempo, a TV se readapta “darwinianamente” a novas circunstâncias de existência, aumentando o espetáculo e ensaiando novos formatos, o que, paradoxalmente, contribui para mantê-la viva (Idem, p. 103)

Embora suas forças estejam diminuindo pelo surgimento de novos poderes na web e nas redes das próprias audiências, a televisão não tem desaparecido do cenário midiático reorganizado, ao contrário. Ela continuará reinando de alguma maneira porque “no futuro haverá diversos tipos de TV, não apenas os conhecidos atualmente, mas haverá mais audiências que estarão mais tempo ao redor das telas”. (Ibidem, p. 111). O futuro citado por Orozco já chegou e nele, as audiências são a cada dia mais exigentes e interativas. Hoje, a interatividade não é mais apenas uma questão de interpretação, mas também de ações e produtivas, envolvendo os espectadores como criadores e não apenas mais como receptores, reprodutores ou intérpretes. Contudo, assumimos neste estudo que nem sempre o jornalismo audiovisual investe fortemente nas interações com o público que acompanha os programas televisivos e em inovações estéticas e de conteúdo. Muitas vezes essa importante possibilidade de manter a TV viva

é deixada de lado, aumentando, portanto, a distância entre o conteúdo da tela e o seu espectador.

## **4. Conexão Futura: Uma análise televisual**

### **4.1. Jornalismo do Canal Futura**

Ao entrar no ar, em 22 de setembro de 1997, o Canal Futura iniciou uma trajetória única no ambiente comunicacional brasileiro. Essa experiência singular se deve a diversos aspectos, que diferenciam o canal de outros projetos de comunicação estatais e privados no País associados a uma televisão educativa. O Canal Futura é um projeto social de comunicação, proposto e desenvolvido pela Fundação Roberto Marinho, mantido por recursos de uma aliança de instituições comprometidas com a educação, a agenda social e o desenvolvimento do país. Essa condição determina o hibridismo da natureza do canal, ou seja, o Futura é um canal de interesse público, como explicado no capítulo 2, mas mantido pela iniciativa privada e por organizações brasileiras do terceiro setor. O Canal tem o dever de se diferenciar dos outros sistemas, apresentando conteúdos plurais e independentes que não são encontrados em outros canais caracterizados sempre pela ética e pela valorização do interesse do telespectador. Como referido anteriormente, as emissoras de televisão educativa no Brasil e no mundo tendem a ser organizadas e mantidas com recursos estatais. Por essa razão, o modelo de sustentabilidade do Futura é inovador e particular.

Segundo livro *Telejornalismo educativo e produção em rede do próprio Futura* (2010), o canal segue uma direção baseada em um modelo de sustentabilidade, onde o compromisso com a mobilização social e a opção pela produção de conteúdo em rede com diferentes atores da sociedade são essenciais, ou seja, o canal tem, em tese, o compromisso com a sociedade e o compromisso de dialogar com ela. Contudo, se as essas diretrizes são amparadas pela promoção da inclusão e da diversidade, o foco principal do canal deveria ser a interação com seu público alvo e a participação das audiências na programação. No entanto, o próprio modelo de negócios do Futura acaba valorizando mais as empresas que contribuem para a manutenção do canal do que a sociedade.

Ainda segundo as diretrizes informadas livro *Telejornalismo educativo e produção em rede do próprio Futura* (2010), o público do Futura é formado por donas de casa, trabalhadores, estudantes, crianças, professores, enfim, todos aqueles que buscam conhecimentos práticos para as suas profissões e para sua vida e entretenimento de

qualidade. Assim, a ênfase para a mobilização social é marcante na programação. O canal entende a mobilização social como um grupo que atua em diferentes regiões do Brasil estabelecendo articulações locais com instituições públicas, privadas, não governamentais, educadores e agentes sociais que, juntos, formam uma espécie de rede interessada na promoção de conhecimentos. Dessa forma, equipes de mobilização trabalham o conteúdo da programação através de ações educacionais junto ao público. Essa audiência dirigida é acompanhada em todos os estados do país. Mais de mil instituições, entre elas: creches, asilos, empresas, sindicatos, igrejas, escolas, hospitais, bibliotecas, presídios e associações comunitárias recebem gratuitamente o sinal do Futura, devido ao trabalho da área de mobilização.

A programação do Canal Futura reúne educação e entretenimento e é criada por uma equipe formada por educadores e profissionais de TV. É também resultado de um trabalho de pesquisa contínuo junto aos seus diversos públicos. Os programas buscam apresentar conhecimento acessível, transmitido através de uma linguagem simples e direta. Procuram mostrar também experiências criativas com ideias e soluções até mesmo para os pequenos problemas do cotidiano, como no programa Alimente-se bem<sup>12</sup> – onde são apresentadas receitas criativas, nutritivas, rápidas e fáceis de fazer para o público que, certamente, demonstra interesse pelo assunto – e no programa Dinheiro no bolso<sup>13</sup> – que, por meio de um *game show*, pretende mobilizar e transmitir de maneira lúdica e educativa conceitos sobre finanças, economia e empreendedorismo aos jovens brasileiros. A prestação de serviços com informações necessárias ao dia a dia do telespectador pode ser considerada um diferencial do Canal Futura, especialmente as informações dos programas jornalísticos. São eles: Conexão Futura, Jornal Futura, Sala Debate, Você Faz a Diferença, Sala de Notícias e Entrevista. Um modelo de cooperação de todos que ali trabalham marca a produção de todos esses programas que representam 12,5% da programação do Canal. Porém, a linguagem desses programas nem sempre apresenta conteúdos e formatos inventivos e busca estabelecer uma relação mais próxima com as audiências, assim, por muitas vezes os programas acabam se

---

<sup>12</sup> Página do programa Alimente-se bem disponível em: <http://www.futura.org.br/programas/alimente-se-bem/> (Acesso em 11/07/2016)

<sup>13</sup> Página do programa Dinheiro no bolso disponível em <http://www.futura.org.br/programas/dinheiro-no-bolso/> (Acesso em 11/07/2016)

distanciando de um público que até tem interesse nos temas propostos, mas nem sempre é levado a interagir com o Canal Futura.

Segundo a Declaração de Compromissos Editoriais do Jornalismo do Canal Futura disponível no livro *Telejornalismo educativo e produção em rede do Canal Futura* (2010), o jornalismo do Canal Futura tem a missão de contribuir, por meio da comunicação, da educação, e da articulação social, para o desenvolvimento integral de pessoas e comunidades. Ele pretende ser um canal de expressão e um espaço de encontro para diferentes segmentos sociais. Em suas produções, o jornalismo procura ser uma referência em mídia de interesse público, capaz de inovar nos modos de realização e produção de conteúdo e de colaborar com os processos de transformação social que emancipam o ser humano. De acordo com a Declaração, os princípios e valores pelos quais esse jornalismo se orienta são os mesmos que dão sustentação ao Canal Futura: espírito comunitário, pluralismo, espírito empreendedor, ética e sustentabilidade socioambiental.

Para refletir sobre essa linha editorial do canal e quais programas manifestam este direcionamento, é necessário abordar conceitos que permeiam a categoria “Informativo”, bem como compreender a noção de gênero discursivo e, especialmente, de gênero televisivo. O estudo dos enunciados e dos gêneros de discurso são importantes para escapar das noções simplificadas sobre o fluxo contínuo dos processos de comunicação. O enunciado é, segundo o Bakhtin (1997), um elo na cadeia da comunicação verbal e não pode ser separado dos elos anteriores e que os sucedem, os quais os influenciam e provocam reações e respostas em uma ressonância dialógica. Mas a participação ativa de quem recebe o enunciado também é parte importante do processo de comunicação verbal, responsável pela elaboração dos sentidos de qualquer enunciado. De acordo com Bakhtin (1997), as características relativamente estáveis de cada enunciado podem ser divididas em gêneros do discurso. Para o autor:

A riqueza e a variedade dos gêneros do discurso são infinitas, pois a variedade virtual da atividade humana é inesgotável, e cada esfera dessa atividade comporta um repertório de gêneros do discurso que vai diferenciando-se e ampliando-se à medida que a própria esfera se desenvolve e fica mais complexa. (BAKHTIN, 1997, p. 279).

Essa heterogeneidade e flexibilidade dos gêneros discursivos, ressaltadas pelo autor permitem que o conceito se adeque às diversas formas de comunicação. A partir de tal

ideia, é possível agrupar texto e narrativas em gêneros específicos com regularidades enunciativas semelhantes – como o gênero televisivo – para facilitar sua análise, o qual pode ser, por sua vez, subdividido em distintas categorias.

Aronchi (2015) utiliza-se dessa segmentação para analisar a programação televisiva brasileira. Ele divide os programas das principais emissoras em quatro categorias – entretenimento, informativo, educativo e outros –, as quais se subdividem em diferentes tipos de gêneros televisivos. Assim, uma maneira de compreender as características dos programas informativos na televisão é se basear nas características dos gêneros discursivos, sejam eles televisivos ou não. O jornalismo, principal gênero da categoria “Informativo” destacada por Aronchi (2015), tem como principal objetivo, segundo Bill Kovach e Tom Rosenstiel (2004), “fornecer informações às pessoas para que estas sejam livres e capazes de se autogovernar” (KOVACH & ROSENSTIEL, 2004, p.31). De acordo com os autores, o jornalismo cria uma linguagem comum de conhecimentos sobre a realidade que ajuda na coesão da comunidade, identificando seus objetivos incomuns, seus heróis e vilões. Além disso, ele dá voz a atores sociais nem sempre reconhecidos na agenda da mídia. Contudo, os autores também questionam a independência do jornalismo como forma de conhecimento da realidade social.

Segundo Eduardo Meditsch, o jornalismo é uma forma de produção de conhecimento, mas também reproduz saberes e relações de poder neles imbricadas. De acordo com o autor, novos estudos epistemológicos defendem que o conhecimento possui, além de características científicas, experiências culturais e históricas. O entendimento da vida social cotidiana, objeto discursivo do jornalismo, é uma forma de conhecimento. Assim, compreende-se porque o jornalismo exerce uma mediação importante na compreensão e na percepção dos acontecimentos e, ao mesmo tempo, produz este saber sob determinadas estratégias e regras de enunciação próprias a esse campo. O jornalismo opera, portanto, no campo lógico do senso comum e, de acordo com Meditsch (1998), reúne nesta característica tanto a sua força quanto a sua fragilidade. Para o autor:

“É frágil quanto ao método analítico e demonstrativo, uma vez que não pode se descolar de noções pré-teóricas para representar a realidade. É forte na medida em que essas mesmas noções pré-teóricas orientam o princípio de realidade do seu público, nele incluídos cientistas e filósofos quando retornam à vida cotidiana vindos de seus campos finitos de significação. Em consequência, o conhecimento do jornalismo será forçosamente menos

rigoroso do que o de qualquer ciência formal mas, em compensação, será também menos artificial e esotérico” (MEDITSCH, 1998, p.32).

Segundo Machado (2000), jornalismo é a mediação entre o que acontece na realidade e o espectador e, portanto, se fazem indispensáveis os relatos do repórter e dos entrevistados. Contudo, para Becker (2011) O Jornalismo informa e desinforma, ao mesmo tempo. Revela jogos e disputas de poder e desigualdades, faz denúncias e transmite informações sobre os principais acontecimentos do país. De fato, quanto mais democrática é uma sociedade, mais informações e notícias existem. Porém, segundo a pesquisadora, o jornalismo também busca organizar o mundo e os sentidos das notícias seguindo determinadas linhas editoriais, as quais modelam percepções da realidade em detrimento de outras, intervindo na vida, nos pensamentos e na cultura de todos os cidadãos e em nossas relações com o outro. Assim, as diretrizes da imparcialidade e da objetividade tornam-se inalcançáveis e os relatos jornalísticos direcionam as maneiras de compreensão da realidade cotidiana.

Outra categoria relevante para este trabalho destacada por Aronchi (2015) referente aos gêneros televisivos é a categoria educação. Os programas que podem ser identificados por essa categoria concentram-se nos canais educativos, os quais tendem a ocupar horários pouco lucrativos das emissoras comerciais. O autor divide esta categoria em dois gêneros: educativo e instrutivo. Os programas instrutivos são aqueles produzidos pelas emissoras de televisão com o intuito de ensinar ou educar através de vídeo-aulas. Ou seja, pretendem qualificar para uma atividade específica de trabalho e para o exercício de uma profissão, ou mesmo funcionar como auxílio ao ensino regular. Os programas educativos são os programas que buscam agregar conhecimentos diversos ao telespectador dedicados a campos de saberes distintos. No Canal Futura esses programas são segmentados por faixa etária, como os programas infantis. Podemos tomar, portanto, o Canal Futura como um canal educativo, mas o que nos interessa e será objeto de estudo no momento será a parte jornalística da programação, portanto, o gênero nomeado por Aronchi (2015) como informativo na programação televisiva.

Segundo Machado (2000), a produção jornalística audiovisual tem características específicas como, por exemplo, a mistura de fontes diferentes em uma mesma matéria, o que proporcionam múltiplos níveis de dramaticidade à narrativa. Além disso, conforme analisa o autor, as notícias são normalmente transmitidas



diretamente do local dos acontecimentos e filmadas com as pessoas em primeiro plano, falando diretamente para a câmera (posição *stand-up*). Esse formato ajuda a passar mais credibilidade e a criar uma identificação com o espectador. É importante destacar, ainda, que as matérias são compostas por diversas fontes de imagem, fotografias, infográficos, mapas, textos, locuções, músicas e ruídos (MACHADO, 2000).

Apesar do fato de a categoria Informativo possuir características específicas e de fácil identificação, faz-se necessário ressaltar, segundo Becker (2012), que as narrativas jornalísticas não são produzidas apenas com uma tipologia específica. Os textos televisivos, hoje, estão cada vez mais híbridos e são transmitidos por diferentes suportes, ameaçando a exclusividade da categoria informativa como única tradução da realidade. Também é interessante destacar, de acordo com a autora, que há bastante ficcionalidade nos textos jornalísticos. O objetivo dos textos midiáticos, em geral, é “informar, seduzir, encantar, persuadir e convencer sobre determinados regimes de visibilidade” (BECKER, 2012, p. 237). Esta hibridização da linguagem audiovisual, citada por Becker (2012), poderia permitir que programas televisivos misturassem jornalismo, entretenimento e conteúdo pedagógico para ampliar as percepções sobre a realidade social, as ciências e as artes, mas nem sempre a hibridização de gêneros significa maior transmissão de conhecimentos.

Sob essas perceptivas, assume-se nesta pesquisa que a análise da programação televisiva de um canal educativo como o Canal Futura é relevante para os estudos de jornalismo e de mídia, porque a análise dos programas jornalísticos contribui para refletir sobre o Jornalismo como forma de conhecimento e, especialmente, este estudo do Canal Futura nos permite compreender como a inventividade estética e de conteúdo, bem como a interação com o público, são elaboradas ou não nesses programas. Assumimos nesta investigação que apesar do jornalismo ser, geralmente, reconhecido como gênero estático, com linguagens e formatos tradicionais bem definidos, ele pode e deve apresentar também linguagens e estruturas narrativas diversificadas e híbridas para atrair a atenção de seu público e, acima de tudo, servir como fonte de informação confiável.

O jornalismo do Futura, como todo jornalismo, lida com fatos do cotidiano ou temáticas relevantes para vida social, mas evita ter como produto principal o chamado *hard news* – a notícia que descreve os eventos no calor da hora, com uma

pauta que orbita sobre questões de interesse geral. O Futura busca contextualizar os fatos e narrativas, seu foco é retratar e ressaltar as ações e práticas que chamam atenção pelo Brasil afora e as trajetórias pessoais que considera mais relevantes para sua audiência. Para tanto, ele pode tomar os fatos do noticiário geral como ponto de partida, mas não como objetivo final. Também se vale de sua própria apuração para levantar as histórias que têm lugar nas suas áreas de interesse.

O Futura se diferencia pelas suas escolhas de conteúdo e por um modelo operacional que está fundado em relacionamento e cooperação. Assim, podemos dizer que o jornalismo do Canal Futura se tece por meio de redes, com diferentes parcerias de produção e edição com universidades, televisões, produtores independentes, setor privado, fundações e organizações da sociedade e diretamente com seus próprios telespectadores. O jornalismo do Futura busca organizar diálogos e construir pontes ao relatar os fatos e ideias, porém, ele nem sempre apresenta pluralidade de pontos e vista e narrativas. O conteúdo gerado a partir dessas premissas é formatado por meio de narrativas que sejam absorvidas mais como se fossem uma conversa e não como um discurso sobre fatos para que consigam provocar o interesse de quem as vê e ouve.

Nesta linha está o programa Conexão Futura, aqui escolhido como objeto de estudo de nossa análise porque esta monografia também é uma forma de refletir sobre o estágio profissional ali realizado, integrando teoria e prática, fazendo e pensando o jornalismo audiovisual, bem como suas relações com os processos de aprendizagem. O Conexão Futura entrou no ar em maio de 2010 com a ideia inicial de ser um conjunto de interferências ao vivo durante parte da grade de programação do canal. Transmitido diariamente de segunda à sexta-feira, o programa tem foco na prestação de serviços, no desdobramento da programação e nas ações sociais e educacionais que movem o Canal Futura, ou seja, trabalha de forma articulada com várias redes que o canal integra e mobiliza.

Para dar conta desse desafio inicial, foi pensado um conjunto de cinco entradas ao vivo durante as tardes. Este segmento da programação, a partir de então, deixou de contar com conteúdos infantis para privilegiar conteúdos relativos à educação, saúde, empreendedorismo e geração de renda, direcionados ao público jovem e adulto. Porém, com o passar dos anos e com a adequação à grade de programação do Canal, essas entradas ao vivo foram reduzidas para apenas três.

Hoje, o Conexão Futura é apresentado pelo jornalista Cristiano Reckziegel. A edição é da jornalista Larissa Werneck e a produção da jornalista Meriene Mazzei com seus estagiários de jornalismo. O programa ainda é transmitido de segunda à sexta-feira das 14h30min às 16h, porém, agora é gravado e não mais ao vivo. O Conexão Futura atualmente tem as seguintes entradas: a primeira entrada chamada “escalada”, com duração média de 3 minutos indica o anúncio das principais atrações que serão exibidas nas 3 horas seguintes na programação do canal e também dá um pequeno resumo sobre o tema da próxima entrada do Conexão; a segunda entrada (sem nome definido) tem 12 minutos de duração; e a terceira entrada é mais extensa, corresponde a 25 minutos de produção.

As diretrizes do Canal produzido em 2010 expressas no livro Telejornalismo educativo e produção em rede indicam até mesmo características das entradas ao vivo do Conexão, as quais são distintas: as “entradas de oportunidade”, são aquelas que aliam os acontecimentos relevantes para o universo de atuação do Canal Futura, e as “entradas temáticas”, são aquelas que, mesmo não estando relacionadas a alguma data ou acontecimento, mantêm em pauta determinadas agendas estratégicas com as quais o Futura se alia. As “entradas de mobilização e articulação em rede” tem origem na programação do canal ou nas sugestões e na agenda de atividades dos acontecimentos na sociedade de todo o país. São sempre acompanhadas pelos profissionais do canal e tentam promover diálogos entre diferentes setores da sociedade, buscando transformar a tela da TV em um espaço de discussão de ideias e pontos de vista. As “entradas de serviço”, por sua vez, são as de prestação de serviços públicos, sempre presentes na grade de programação.

No entanto, para viabilizar o Conexão Futura, foi criado um modelo de reunião de pauta bastante diferente do que ocorre nas redações tradicionais. Além dos encontros diários entre os membros da equipe, foi estabelecido um encontro semanal com representantes da equipe de Mobilização e Articulação Social. A equipe de Mobilização e Articulação Social, como explicado anteriormente, é formada por um grupo que atua em diferentes regiões do Brasil estabelecendo articulações locais com instituições públicas, privadas, não governamentais, educadores e agentes sociais que, juntos, formam uma espécie de rede da sociedade. Participam também dessa reunião um representante de uma universidade parceira do canal e os consultores do Canal Futura. O

jornalista Beto Largman traz novidades da área de produção tecnológica, o educador Celso Antunes contribui para o debate com questões e práticas educacionais que merecem atenção e discussão e a jornalista Amélia Gonzalez responde por conteúdos sobre meio-ambiente, sugerindo pautas sobre as questões e fóruns ambientais em destaque no Brasil e no mundo. O trabalho de listagem das sugestões de pauta parte de três diferentes territórios de atuação: a grade da programação, de onde vem os destaques de cada semana e as informações editoriais sobre a produção de cada um dos programas; os espaços onde a equipe de mobilização atua, de onde vêm a agenda regional e temas locais, colhidos no calor dos acontecimentos e enviados para a equipe de jornalismo; e, por fim, a própria redação de jornalismo do canal, de onde surgem outros temas identificados pelos jornalistas que ali atuam. A reunião semanal discute e organiza esse conjunto de sugestões, compondo painéis diversificados e singulares com conteúdos e temáticas bem distintas daquilo que é tratado como notícia pela imprensa tradicional. As pautas que serão analisadas adiante são exemplos de pautas elaboradas nesse modelo de produção.

Durante o ano de 2010 a equipe do Núcleo de Jornalismo do Canal Futura conseguiu mobilizar um total de 499 participações de convidados que participaram do programa Conexão Futura, os quais são professores de universidades, pesquisadores, especialistas, representantes de entidades públicas, representantes de institutos e fundações e demais organizações da sociedade civil, como ONGs e coletivos. Já no ano de 2011 esse número cresceu para 639 participações. Em 2012 o número, sempre crescente chegou a 720 participações e em 2013 foi a 840 participações. Ou seja, segundo pesquisa (NÚCLEO DE JORNALISMO, 2010, p. 70) feita pelo Canal, o Conexão Futura contou com 3,2 participações ao dia em suas emissões, trazendo para o canal uma grande representação de diferentes setores da sociedade. Além disso, o Conexão Futura também é o programa com o maior número de participações ao vivo por meio das redes sociais do Canal Futura – Twitter e Facebook – durante a transmissão diária representando 9,6% em relação ao total dos programas.

Todavia, esses números apresentam dados de uma pesquisa feita antes da mudança da transmissão do programa Conexão Futura ao vivo para o programa gravado. Os números de participação, apesar de não oficiais, com a mudança do modelo de exibição diminuíram drasticamente. Os telespectadores costumavam participar do

programa por meio das redes sociais interagindo com algumas questões propostas pelo apresentador, dando sua opinião sobre a temática, compartilhando histórias próprias sobre o assunto e tirando suas dúvidas, porém, agora essa possibilidade foi muito reduzida. Hoje, por mais que o apresentador busque interagir com o público, o poder de resposta de quem está de casa assistindo ao programa foi cortado. Agora, a gravação do Conexão Futura acontece com dois dias de antecedência à exibição, ou seja, no momento da exibição a interação e a participação do público é nula.

Para tentar mediar essa situação, nas horas próximas à exibição do programa no ar o setor de Mídias Digitais do Canal Futura – dependendo da temática apresentada pelo programa – dispara algumas postagens nas redes sociais chamando os telespectadores para assistirem o programa. Essas postagens são em forma de pequenos vídeos feitos pelo apresentador, por gráficos a respeito do tema que será tratado, por imagens relacionadas ou apenas por breves enunciações verbais.

Neste capítulo, ainda refletimos os modos que o conteúdo e o formato do programa são organizados e produzem significações. Nesse percurso adotamos a análise televisual, metodologia proposta por Becker (2012), a qual permite uma leitura crítica das narrativas jornalísticas e das obras audiovisuais veiculadas na televisão e disponibilizadas na web. Assim, buscamos uma melhor compreensão sobre as características da linguagem audiovisual usada pelo Conexão Futura e como este programa informativo incorpora diretrizes dos discursos jornalísticos na construção dos sentidos das pautas e dos acontecimentos tratados, bem como se dá a sua interação com o público.

Como dito anteriormente, o programa informativo Conexão Futura foi selecionado para compor o *corpus* da análise por ser um programa que está no ar, o que permite a coleta de episódios recentes para análise; por reunir grande quantidade de conteúdo e temas informativos e por ser uma forma de refletir sobre o estágio profissional ali realizado, buscando integrar a experiência e a vivência no estágio com a reflexão crítica para construir conhecimentos aqui sistematizados. A partir destes critérios, foi selecionada e analisada neste capítulo uma semana de conteúdo produzido pelo programa que foi ao ar do dia 30 de maio ao dia 3 de junho de 2016. Dessa maneira, como temos duas entradas do programa por dia – sendo uma de 12 minutos e outra com duração de 25 – teremos um total de 2 entradas por dia e 5 dias de análise,

totalizando 10 entradas com temáticas distintas, as quais totalizam 3 horas, 18 minutos e 9 segundos de produção. Abaixo segue uma tabela com os programas escolhidos para análise e suas sinopses.

**Tabela 1 – Quadro com os episódios do programa Conexão Futura escolhidos para a análise e suas sinopses**

	2ª Entrada	3ª Entrada
30/05	<p><b>TEMA: Base Nacional Comum Curricular</b> (Duração total: 15min06s)</p> <p>O Ministério da Educação publicou no início de maio a segunda versão da Base Nacional Comum Curricular, que é um conjunto de conhecimentos e habilidades essenciais que cada estudante brasileiro deverá aprender a cada etapa da educação básica. Segundo o MEC, a Base Nacional Comum irá cobrir aproximadamente 60% do currículo da educação básica. O restante deverá ser formulado de acordo com as especificidades regionais. O MEC disponibilizou o conteúdo preliminar da Base na internet para estimular a participação de educadores, gestores de ensino e de toda a sociedade na construção do documento. O número de contribuições recebidas já ultrapassou os 12 milhões.</p>	<p><b>TEMA: Paralimpíadas – Regras</b> (Duração total: 27min18s)</p> <p>Os dois maiores eventos esportivos do ano acontecem no Rio de Janeiro em 2016. Equipes, atletas, imprensa e fãs de esporte aguardam ansiosamente. O evento inicial tem data marcada para o dia 5 de agosto e será seguido dos Jogos Paralímpicos entre os dias 7 e 18 de setembro. Há pelo menos 1 século o esporte tem disputas entre atletas com algum tipo de deficiência física. Mas foi somente depois da segunda guerra mundial que essas competições ganharam força, com o propósito de acolher o grande número de soldados feridos nos combates. Atualmente, os jogos Paralímpicos reúnem 23 modalidades. Mas muita gente não entende ou confunde as regras de avaliação dos atletas e de pontuação das performances do esporte paralímpico.</p>
31/05	<p><b>TEMA: Dia mundial sem tabaco</b> (Duração total: 13min47s)</p> <p>O dia mundial sem tabaco foi criado em 1987, pela Organização Mundial de Saúde, para alertar a população sobre o risco do uso do tabaco e para estimular a adoção de políticas públicas que tenham o objetivo de reduzir o consumo de cigarro e de outros produtos como charutos e cigarrilhas. O tabagismo é considerado pela OMS como a maior causa evitável de morte no mundo. Segundo dados do Instituto Nacional do Câncer, só no Brasil são cerca de 130 mil mortes relacionadas ao fumo por ano. A campanha de 2016 tem como objetivo destacar o papel das embalagens padronizadas no combate ao fumo.</p>	<p><b>TEMA: Coworking e homeoffice</b> (Duração total: 24min48s)</p> <p>Trabalhar com estranhos é parte da rotina de muitas pessoas no início das atividades em alguma empresa. As vezes o espaço compartilhado é formado por profissionais diferentes a cada dia, onde cada um desenvolve atividades para variadas empresas. Para quem adota o coworking como ambiente profissional o objetivo é incentivar a troca de ideias, compartilhamento, networking e colaboração entre diferentes profissionais que podem ser de diferentes áreas. Outra modalidade que tem atraído muitos adeptos é trabalhar em casa, o chamado Home Office.</p>
01/06	<p><b>TEMA: Geração fundadora</b> (Duração total: 11min49s)</p> <p>Crianças e adolescentes já representam a maior parte dos usuários de internet no Brasil, é o que aponta a pesquisa TIC KIDS ONLINE BRASIL, divulgada em 2015 pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil. De acordo com o estudo, as pessoas com idade entre 10 e 17 anos, que usam a internet, já passam dos 20 milhões, o que representa cerca de 77% do total de usuários da rede no país. A pesquisa mostra também que a chamada “geração fundadora”, já não vê mais diferença entre o mundo real e o virtual.</p>	<p><b>TEMA: Uberização</b> (Duração total: 25min13s)</p> <p>Em 2013, um pesquisador chamado Carl Frey, da Universidade de Oxford, na Inglaterra, alertou o mundo quando previu que a automação colocaria quase metade dos empregos dos norte-americanos em “alto risco”. A tecnologia tem revolucionado setores de serviço como transporte e hospedagem, com aplicativos como Uber e Airbnb. No Brasil, um dos projetos de lei discutidos nos últimos meses é o que prevê a flexibilização da terceirização das contratações. “Uberizar” virou significado de alterar a forma como os intermediários gerenciam</p>

		seus negócios. Empresas inovadoras utilizam a tecnologia para colocar consumidores e fornecedores em contato direto.
02/06	<p><b>TEMA: Gastronomia e cultura</b> (Duração total: 11min58s)</p> <p>Desde dezembro de 2015 a gastronomia é reconhecida por lei como patrimônio cultural do Rio de Janeiro. O marco referencial da gastronomia como cultura foi aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, a partir de um projeto de lei criado por professores, produtores rurais, pesquisadores e chefs de cozinha. Entre os objetivos dessa lei está a valorização da produção local de alimentos e a criação de políticas públicas que contribuam para o desenvolvimento de programas de difusão, valorização e preservação das práticas gastronômicas e dos saberes culinários.</p>	<p><b>TEMA: Nova Escola – PNE (Meta 5)</b> (Duração total: 25min55s)</p> <p>O Plano Nacional de Educação em vigência no Brasil, tem como meta alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do terceiro ano do ensino fundamental. Pelo P-N-E, uma criança pode ser considerada alfabetizada quando se apropria da leitura e da escrita como ferramentas fundamentais para seguir aprendendo, buscando informação, desenvolvendo sua capacidade de se expressar, de ler e de produzir textos em diferentes gêneros. Atualmente, apenas 65% das crianças desse ciclo da educação possuem aprendizagem adequada em escrita, e cerca de 78% aprendizagem adequada em leitura.</p>
03/06	<p><b>TEMA: Direito gestantes e lactantes</b> (Duração total: 14min6s)</p> <p>Está em vigor desde maio de 2016 a lei federal 13.287, que insere nas leis trabalhistas mais um capítulo de proteção à mulher. A partir de agora, o trabalho de gestantes e lactantes em locais insalubres está proibido em todo o país. Um local de trabalho limpo e saudável é importante para a saúde da mãe e do bebê. Você sabe quais são os direitos da mulher grávida ou da lactante afastada da sua ocupação?</p>	<p><b>TEMA: E-Sports</b> (Duração total: 27min49s)</p> <p>A paixão do brasileiro pelos videogames não é novidade para ninguém e os números comprovam isso. Em 2014, o setor movimentou 1 bilhão de reais no Brasil. De acordo com a associação brasileira de games, o país está entre os 5 maiores mercados do mundo. Dentro desse setor, uma área tem se destacado ainda mais: são os esportes eletrônicos ou o e-sports. O uso de sistemas eletrônicos permite que os jogadores façam parte de verdadeiras equipes e participem de campeonatos que atraem a atenção de milhões de espectadores ao redor do mundo.</p>

Fonte: Site do programa Conexão Futura ([www.futura.org.br/conexaofutura](http://www.futura.org.br/conexaofutura))

A descrição do objeto do estudo, como realizado na primeira parte deste capítulo, corresponde a primeira etapa do percurso metodológico que ampara esta pesquisa (BECKER, 2012) formada por outras duas etapas: a análise televisual propriamente dita, reunindo uma análise quantitativa e qualitativa, e, por fim, a interpretação dos resultados. Na análise quantitativa são aplicadas cinco categorias, uma vez que o programa também pode ser acessado na web: Estrutura do texto; Temática; Enunciadores; Multimídia (reunindo visualidade e som); e Edição. Cada uma das referidas categorias é explicada mais detalhadamente no percurso da análise desses programas. Na análise qualitativa são aplicados três princípios de enunciação, os quais também serão explicitados a seguir.

## 4.2. Análise Quantitativa

A categoria “Estrutura do texto” corresponde à análise dos elementos que caracterizam os modos de organização textual do programa, considerando o estilo da narração, o modo com que os formatos e conteúdos são organizados, a divisão em bloco e sua duração, entre outros aspectos. O programa Conexão Futura é dividido em três blocos, porém, aqui iremos analisar somente dois, já que o primeiro deles é uma escalada, a qual tem geralmente 3 minutos de duração e possui sempre a mesma estrutura: texto lido via *teleprompter* falando sobre o que será veiculado nas três horas seguintes na grade do Canal Futura e dando um pequeno resumo sobre a terceira e maior entrada do Conexão Futura que irá ser transmitida na hora seguinte. A escalada do Conexão funciona como a abertura dos telejornais e nos remete ao princípio de Fragmentação recorrente nos telejornais. Porém, não será destacada na análise quantitativa porque privilegia as temáticas dos dois blocos seguintes, os quais serão focalizados nessa etapa desse estudo. O primeiro deles tem uma menor duração de 12 minutos, sem a presença de blocos e com um entrevistado participando do bate-papo com o apresentador sobre um tema específico. Esse entrevistado pode estar participando presencialmente, via chamada de vídeo pelo suporte Skype ou por telefone com a exibição de uma foto do entrevistado para ilustrar a entrevista enquanto o telespectador ouve o seu áudio. Já a terceira e maior entrada tem duração total de 25 minutos sem intervalos e conta com pelo menos dois entrevistados presenciais conversando com o apresentador. Além destes, dependendo do tema, é possível também a participação de algum outro entrevistado no estúdio ou participando por Skype ou telefone, seguindo o modelo da segunda entrada.

Ambas as entradas são gravadas com dois dias de antecedência da exibição final no ar, porém, não há nenhum tipo de edição após essa gravação. Assim, o antigo modelo ao vivo é praticamente mantido, já que o que é gravado não é alterado – salvo casos de erros graves e problemas técnicos. Além disso, após a exibição do programa na televisão e em alguns casos até mesmo antes dessa data, os episódios do Conexão Futura ficam disponibilizados no site do Canal Futura para que o entrevistado possa divulgar para suas redes e para que o telespectador possa acessar a qualquer momento.

Em todos os 10 episódios selecionados para a análise, a estrutura narrativa do programa se mantém a mesma. Na segunda entrada, o apresentador começa lendo



um texto escrito pelo editor do programa no *teleprompter*<sup>14</sup> sobre uma temática específica, depois apresenta o entrevistado e, em seguida, é realizada uma sequência de perguntas e respostas sobre o tema sem auxílio do *teleprompter*. Por fim, o apresentador se despede do entrevistado e se despede do público lendo no *teleprompter* uma chamada para a terceira e maior entrada que será exibida uma hora depois. Já na terceira entrada, o apresentador também começa lendo um texto sobre uma temática específica, apresenta os entrevistados que estão no estúdio com ele e, em seguida, começa o bate-papo. Por volta dos 8 minutos de programa, o apresentador chama para a conversa o outro entrevistado – nos casos em que tinham outros – que está participando via outros suportes. Para finalizar, o apresentador se despede dos entrevistados e do público lendo o *teleprompter*, nesse momento, ele aproveita e faz uma chamada também para que os telespectadores assistam o Conexão Futura que vai ao ar de segunda a sexta.

Durante o programa, o apresentador faz uso constante do computador. Por meio dele, são mostrados sites pertinentes ao tema tratado e também imagens, vídeos e outras mídias como gráficos. Por exemplo, podemos ver isso no episódio “Paralimpíadas – Regras”, onde o apresentador mostra o vídeo que ficou famoso na internet do atleta João Paulo Nascimento caindo de sua cadeira de rodas ao participar do revezamento da tocha e se apoiando com os joelhos. Assim, vemos a presença constante da estratégia de usabilidade da “hipertextualidade” como uma forma multidirecional, não linear, de estruturar e acessar informações em uma plataforma digital promovendo relações com outros dados. Podemos observar também a presença de outra estratégia de usabilidade, a “atualidade”, que é utilizada para verificar a periodicidade e velocidade da circulação da informação quando vemos que todos os episódios escolhidos para a análise tratam de temas atuais e de discussão relevante para a nossa sociedade, em acordo com características das estruturas narrativa jornalísticas audiovisuais disponibilizadas na rede e sistematizadas por Becker (2012), entre outras.

A “memória” também é uma estratégia de usabilidade presente nos episódios analisados que oferece a possibilidade de identificar a capacidade de armazenamento de dados no ambiente digital por meio do site do Canal Futura onde os vídeos ficam disponíveis para o acesso de quem desejar, como já explicado

---

<sup>14</sup> Um teleprompter ou teleponto é um equipamento acoplado às câmeras de vídeo que exibe o texto a ser lido pelo apresentador. É a forma mais eficiente de exibir textos para apresentadores, especialmente em segmentos longos.

anteriormente. Porém, a estratégia “Interatividade” quase não é vista no programa Conexão Futura já que o programa não permite, em momento algum, a interação dos telespectadores com o que está sendo produzido. Por ser gravado, os telespectadores não têm a oportunidade de participar e interagir com o apresentador e com os entrevistados, o que torna a conversa, em muitas vezes, até mesmo cansativa e monótona, como foi possível verificar no episódio “Uberização”. Por se tratar de um tema complexo, o público, que poderia ter dúvidas a serem solucionadas, não tem possibilidade de participar e por mais que o apresentador tente tornar o bate-papo em algo tangível para os mais diversos tipos de telespectadores, em certos momentos a conversa fica muito técnica.

De acordo com Becker (2012), a categoria “Temática” revela os conteúdos e os campos temáticos privilegiados num determinado produto audiovisual e permite identificar as editorias que mais se destacam no estudo do programa Conexão Futura. Os principais temas tratados pelo Conexão Futura são saúde, educação e economia – reportagens permeadas pela prestação de serviço, uma das principais premissas do programa. Além destes, merecem destaque também os temas relacionados à cultura, ao trabalho, meio ambiente, participação e vida em sociedade, segurança pública, demografia, esportes, questões de gênero, tecnologia, temática étnico racial, direitos humanos e sociais e família. Nos episódios analisados podemos notar a seguinte composição temática (Tabela 2):

**Tabela 2 – Composição temática dos episódios analisados do programa Conexão Futura**

<b>Data de exibição</b>	<b>Episódio</b>	<b>Temas relacionados</b>
30/05	2ª Entrada – “Base Nacional Comum Curricular”	Entrada de prestação de serviço: Educação e Cidadania
	3ª Entrada – “Paralimpíadas - Regras”	Entrada de oportunidade: Esporte, Participação e vida em sociedade e Saúde
31/05	2ª Entrada – “Dia mundial sem tabaco”	Entrada de oportunidade e prestação de serviço: Saúde e Participação e vida em sociedade

	3ª Entrada – “Coworking e homeoffice”	Entrada temática: Participação e vida em sociedade e Trabalho
01/06	2ª Entrada – “Geração fundadora”	Entrada temática: Educação
	3ª Entrada – “Uberização”	Entrada temática: Trabalho
02/06	2ª Entrada – “Gastronomia e cultura”	Entrada de mobilização e articulação em rede: Cultura, Participação e vida em sociedade
	2ª Entrada – “Nova Escola – PNE (Meta 5)”	Entrada temática: Educação e Cidadania
03/06	2ª Entrada – “Direito gestantes e lactantes”	Entrada de prestação de serviço: Cidadania e Trabalho
	3ª Entrada – “E-Sports”	Entrada temática: Tecnologia, Trabalho e Esportes

Dessa maneira, ao analisarmos o nosso *corpus* de estudo, podemos constatar que realmente as temáticas que mais se destacam no programa Conexão Futura são as de educação, trabalho, cidadania e participação e vida em sociedade.

Segundo a pesquisadora, a categoria “Enunciadores” oferece a possibilidade de identificar os atores sociais que participam da narrativa, observando os diálogos, assim como a forma dos âncoras e dos repórteres apresentarem o texto e o modo como é realizada a construção da credibilidade desses profissionais. No caso dos diferentes episódios do programa Conexão Futura analisados, podemos que o narrador principal é o apresentador Cristiano Reckziegel, que faz a mediação das entrevistas. Em cada segunda entrada do programa, com 12 minutos de duração, uma pessoa é convidada para conversar com o apresentador sobre a temática em questão. Já em cada terceira entrada, com 25 minutos de duração, são convidadas de 2 a 3 pessoas e também há a possibilidade de, no máximo, 2 participações por Skype ou telefone. No Conexão Futura o discurso de cada um dos entrevistados é essencial para explicar a temática proposta, para isso, Cristiano, a cada programa, elabora previamente perguntas para que eles as respondam e o bate-papo, com tom até muitas vezes informal, não deixe de

caminhar seguindo uma ordem de raciocínio e para que cada entrevistado tenha um tempo médio de fala semelhante.

Portanto, em todas as análises os entrevistados participam de forma sem destaques diferenciados nas discussões e também mostram liberdade para expor suas ideias e opiniões. Contudo, nem todos os grupos sociais estão representados nas vozes dos entrevistados. A escolha dos enunciadores não representa a diversidade da população brasileira, o que compromete a proposta do Canal. Abaixo vemos um quadro com os nomes dos participantes de cada episódio analisado:

**Tabela 2 – Quadro com os temas e participantes dos episódios do programa Conexão Futura analisados**

	30/05	31/05	01/06	02/06	03/06
2ª Entrada	<p><b>TEMA: Base Nacional Comum Curricular</b></p> <p><u>Por Skype:</u> <b>Priscila Cruz</b>, presidente-executiva de Todos pela Educação.</p>	<p><b>TEMA: Dia mundial sem tabaco</b></p> <p><u>Por telefone:</u> <b>Maria das Graças Rodrigues de Oliveira</b>, médica e presidente da comissão de controle de tabagismo da Associação Médica de Minas Gerais.</p>	<p><b>TEMA: Geração fundadora</b></p> <p><u>Por Skype:</u> <b>Fabio Senne</b>, coordenador de projetos e pesquisas do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br).</p>	<p><b>TEMA: Gastronomia e cultura</b></p> <p><u>No estúdio:</u> <b>Juliana Dias</b>, jornalista e professora das Faculdades Integradas Hélio Alonso e membro do movimento slowfood Brasil.</p>	<p><b>TEMA: Direitos gestantes e lactantes</b></p> <p><u>No estúdio:</u> <b>Isabelli Gravatá</b>, professora de direito do trabalho do Mackenzie Rio.</p>
3ª Entrada	<p><b>TEMA: Paralimpíada – Regras</b></p> <p><u>No estúdio:</u> <b>João Paulo Nascimento</b>, atleta; <b>Ciro Winckler</b>, coordenador técnico de atletismo do Comitê Paralímpico Brasileiro.</p>	<p><b>TEMA: Coworking e homeoffice</b></p> <p><u>No estúdio:</u> <b>Jorge Pacheco</b>, fundador da Plug Coworking; <b>Çiça Ferraciu</b>, arquiteta e urbanista; <b>Gabriela Javier</b>, jornalista.</p>	<p><b>TEMA: Uberização</b></p> <p><u>No estúdio:</u> <b>Carlos Nepomuceno</b>, consultor digital e <b>Cezar Taurion</b>, consultor.</p>	<p><b>TEMA: Nova Escola – PNE (Meta 5)</b></p> <p><u>No estúdio:</u> <b>Ana Paula Dini</b>, professora e pesquisadora e <b>Mara Mansani</b>, professora.</p> <p><u>Por Skype:</u> <b>Wellington Soares</b>, editor da Revista Nova Escola.</p>	<p><b>TEMA: E-Sports</b></p> <p><u>No estúdio:</u> <b>Felipe Dias</b>, coordenador de transmissão da Super Nova; <b>Ingrid Santos</b>, jogadora profissional; <b>Marcelo Tavares</b>, criador da feira Brasil Game Show.</p>

Dando continuidade à análise quantitativa é preciso aplicar outras duas categorias a visualidade e o som, as quais na análise de narrativas jornalísticas e obras audiovisuais televisivas também disponibilizadas na web são reunidas em uma única categoria nomeada de multimídia. Ela permite considerar a instância cênico-

visual e a maneira como são constituídos os cenários, os figurinos e os recursos gráficos e multimídia; bem como observar os elementos sonoros, palavras, ruídos e trilhas sonoras estão relacionados aos elementos visuais e participam da construção da narrativa e dos sentidos do texto. Quanto à multimídia do programa Conexão Futura podemos observar sempre uma mesma construção. Na segunda entrada, o apresentador está sentado em um banco com o computador a sua frente conversando com o entrevistado que estará ao seu lado sentado em um banco exatamente igual, como podemos ver abaixo (Figura 1):

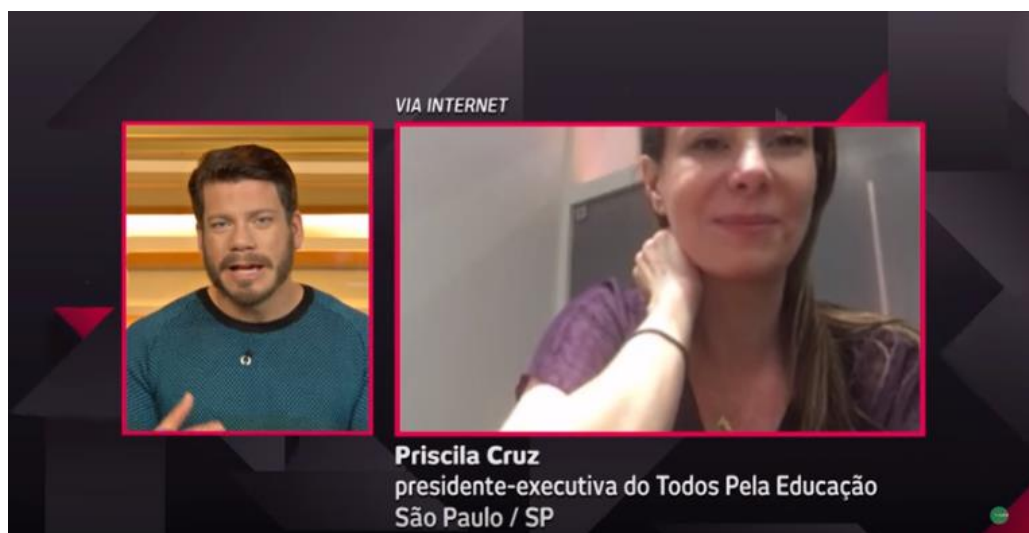
**Figura 1 – Exemplificação do cenário da 2ª Entrada do programa Conexão Futura (Episódio “Direito das gestantes e lactantes”)**



Fonte: Site do Conexão Futura ([www.futura.org.br/conexaofutura](http://www.futura.org.br/conexaofutura))

Esse cenário mostra, ao fundo, o ambiente vivo da redação do Canal Futura. Quando as entrevistas são feitas via internet, o editor de imagem insere uma tela onde aparece a foto ou vídeo da do entrevistado, o seu nome, de onde está falando e uma pequena janela onde é inserida a imagem do apresentador que está no estúdio, como exemplificamos abaixo (Figura 2):

**Figura 2 – Exemplificação do recurso gráfico usado quando a entrevista é feita via internet na 2ª Entrada do programa Conexão Futura (Episódio “Base Nacional Comum Curricular”)**



Fonte: Site do Conexão Futura ([www.futura.org.br/conexaofutura](http://www.futura.org.br/conexaofutura))

Quando a entrevista é feita via telefone, o editor de imagem utiliza uma foto do entrevistado para ilustrar a entrevistada acompanhada do nome do entrevistado e da cidade de onde ele está falando. Além disso, o uso da imagem menor do apresentador ao lado da foto do entrevistado é mantido. Podemos observar isso na exemplificação abaixo:

**Figura 2 – Exemplificação do recurso gráfico usado quando a entrevista é feita via telefone na 2ª Entrada do programa Conexão Futura (Episódio “Dia mundial sem tabaco”)**



Fonte: Site do Conexão Futura ([www.futura.org.br/conexaofutura](http://www.futura.org.br/conexaofutura))

Já na terceira entrada, o cenário onde se passa o programa Conexão Futura muda. Como agora no estúdio estarão mais pessoas e a duração será maior, a área cênica é mais ampla, contendo uma cadeira maior e mais confortável para o apresentador e entrevistados. O apresentador fica sempre localizado na extrema direita do vídeo, sentado em sua cadeira que é inclinada para os entrevistados, de forma que a entrevista seja feita como uma roda de conversa ou um bate-papo mais informal. Já os entrevistados, se sentam em duas ou três cadeiras – dependendo da quantidade no estúdio – à esquerda do vídeo. O computador continua à frente de Cristiano Reckziegel, que o utiliza, como explicado anteriormente, ao longo do programa. Já o cenário de fundo agora é um jardim, imóvel e sem passagem de pessoas. Podemos observar melhor na imagem abaixo (Figura 3):

**Figura 3 – Exemplificação do cenário da 3ª Entrada do programa Conexão Futura (Episódio “Coworking e homeoffice”)**



Fonte: Site do Conexão Futura ([www.futura.org.br/conexaofutura](http://www.futura.org.br/conexaofutura))

Como podemos observar na Figura 4, quando a entrevista é feita também com algum entrevistado via telefone ou internet além dos presentes no estúdio, o recurso gráfico utilizado na terceira entrada programa Conexão Futura é o mesmo da segunda entrada.

**Figura 4 – Exemplificação do recurso gráfico usado quando a entrevista é feita via internet na 3ª Entrada do programa Conexão Futura (Episódio “Nova Escola – PNE Meta 5”)**



Fonte: Site do Conexão Futura ([www.futura.org.br/conexaofutura](http://www.futura.org.br/conexaofutura))



Na aplicação da última categoria da análise quantitativa, a “edição”, é possível entender como são os processos de montagem da obra audiovisual e compreender como as principais características das narrativas jornalísticas audiovisuais, as combinações entre o texto verbal e a imagem produzem sentidos. O programa Conexão Futura prioriza sempre as entrevistas e os depoimentos dos entrevistados para formular sua narrativa. Porém, a interferência e mediação do apresentador e entrevistador Cristiano – com suporte via ponto eletrônico da editora Larissa Werneck – é essencial para a continuidade do programa. Como explicado anteriormente, o programa não possui uma edição após sua gravação – salvo erros muito graves, como uma crise de tosse do apresentador no meio do programa, por exemplo –, dessa forma, a narrativa audiovisual segue como se fosse uma gravação ao vivo, o que ajuda na construção do estilo coloquial do Conexão. Contudo, em função desta característica do programa, a contextualização das pautas e acontecimentos relatos nem sempre é alcançada.

### **4.3. Análise Qualitativa**

A segunda parte deste estudo, ainda baseada na metodologia desenvolvida por Becker (2012), foca na análise qualitativa dos quadros informativos selecionados. Os princípios de enunciação analisados, formulados a partir de estudos sobre a linguagem do telejornal (Becker, 2005), são: Fragmentação; Dramatização; e Definição de Identidades e Valores.

A aplicação do princípio da “Fragmentação”, comum a toda programação televisiva, analisa como a ausência de devidas conexões dos programas noticiosos prejudica a realização de interligações indispensáveis para a correta compreensão dos problemas sociais. A Escalada que abre o programa, referida anteriormente, já revela como a narrativa é fragmentada. Mas a própria divisão do programa em blocos demonstra que eles são construídos de modo que pareçam programas independentes. Cada bloco – tanto o menor, de 12 minutos, quanto o maior, de 25 minutos – tem uma só temática e é exibido de uma vez só, como se o programa não tivesse cortes ou intervalos. Podemos observar isso ao analisarmos os temas das entradas os programas, por exemplo, nas entradas do dia 30/05 os temas foram completamente distintos e sem qualquer ligação, o tema da segunda entrada foi a Base Nacional Comum Curricular

enquanto a terceira entrada falava sobre as regras das Paralimpíadas. Dessa forma, as interligações e a atuação do apresentador não fazem referência ao outro bloco, sugerindo que não são feitos cortes e que as temáticas tratadas podem ser compreendidas sem dificuldades e as questões discutidas são mais aprofundadas do que nos noticiários.

Outro princípio da análise qualitativa, o da “Dramatização”, está associado à natureza ficcional das narrativas, que utiliza a emoção para envolver o telespectador com montagens e edições semelhantes aos da ficção. Segundo Becker (2012), o desvendamento da narrativa é realizado por etapas para que o clímax seja aumentado e para conferir caráter dramático a um determinado acontecimento. Esse processo seria definido pelo uso da técnica e de recursos audiovisuais empregados na construção do produto audiovisual, gerando a mistura entre as fronteiras da realidade e da ficção. Assim, tanto os personagens que participam da narrativa quanto o assunto abordado no texto passam a despertar sentimentos de empatia, sedução ou comoção.

Em um primeiro olhar observamos poucas vezes o princípio da “Dramatização” nos episódios analisados do programa Conexão Futura. A estrutura visual e recursos técnicos fracos e a falta de interação com o público fazem com que o programa se torne muitas vezes monótono e sem a comoção do telespectador que passa pelo canal ao zapear com seu controle remoto parar no Conexão Futura. A resposta do consultor entrevistado Cezar Taurion sobre novas formas de organização do mundo do trabalho totaliza 4 minutos e 8 segundos no programa “Uberização”. Ele fala sem quaisquer interações ou interferências do apresentador e do público dos 5 minutos e 40 segundos aos 9 minutos e 48 do programa. O depoimento do consultor não desperta nenhum sentimento de empatia ou desagrado, o que esvazia o interesse da audiência. Contudo, quando o apresentador mostra vídeos e sites na internet, como fez no programa “E-Sports” ao mostrar um vídeo de um campeonato de esportes eletrônicos por cerca de 1 minuto, ele simula a presença da atualidade e do ao vivo convidando o telespectador para acompanhar uma entrevista que parece ser transmitida em tempo real. A própria técnica televisiva se manifesta como elemento de dramatização que apaga a ideia do programa gravado e busca envolver a audiência em um diálogo estrategicamente construído. Apesar dessa tentativa, o telespectador se depara com um cenário fixo, sem movimentação, sem intervenções sonoras e sem possibilidade de

interação com a produção do programa. Salvo vezes em que a temática ou uma conversa com determinado entrevistado atrai um grupo específico de telespectadores, o programa não é atrativo. Se os programas jornalísticos buscam não apenas informar, mas também seduzir, encantar e convencer as audiências, como disse Becker (2012), o programa Conexão Futura não revela um investimento nem uma linguagem jornalística atrativa para o público.

Por fim, o último princípio da análise qualitativa é o princípio da “Definição de identidades e valores” que se refere às maneiras como os atores sociais envolvidos nas narrativas televisivas são julgados e qualificados, bem como os valores que as notícias conferem a problemas e conflitos da sociedade. Com os episódios analisados do programa Conexão Futura podemos observar que a todo o tempo a narrativa do programa busca se tornar de fácil compreensão para qualquer pessoa que estiver assistindo ao programa, independentemente de sua instrução. Além disso, o programa tem a intenção de levantar questões e analisá-las, buscando não excluir vozes e diferentes aspectos da pauta trabalhada, de modo que os telespectadores possam construir suas próprias opiniões e conclusões sobre as questões propostas. Porém, os temas escolhidos não são polêmicos, nem instigam a audiência a participar dos debates. O programa tampouco abre espaço para tipos sociais diversos. Aqueles que podem falar são em sua maioria pessoas com maior instrução, pesquisadores e especialistas sobre os assuntos discutidos. No programa sobre tabagismo, por exemplo, temos a presença da médica e presidente da comissão de controle de tabagismo da Associação Médica de Minas Gerais, Maria das Graças Rodrigues de Oliveira. Ela se refere apenas aos aspectos mais formais do tabagismo e tenta explicá-lo como uma doença. Mas se houvesse também a participação de um cidadão comum – com ou sem instrução – que pudesse partilhar a sua história e o como decidiu ou não parar de fumar, o programa se aproximaria mais do público que está em casa, fazendo com que ele se identificasse com tal personagem e tivesse mais interesse pelo bate-papo. Assim, questionamos se os valores apresentados no livro do Canal que serve de cartilha para a produção dos programas são realmente alcançados e, se a mobilização e participação social estão de fato presentes no programa Conexão Futura.

#### **4.4. A interpretação dos resultados**

Por meio da análise televisual podemos observar em primeiro lugar que o programa Conexão Futura apresenta propostas temáticas pautadas em discussões de determinadas agendas temáticas com as quais o Canal Futura se alia, em detrimento de outras. Assim, em uma mesma semana, ele pode tratar da discussão sobre a “Base Nacional Comum Curricular”, e, ao mesmo tempo, de um assunto mais informal, como os esportes eletrônicos disponíveis no programa “E-Sports”. Desse modo, o programa parece não perder o seu ideal de ser um programa que promove diálogos entre os mais diferentes setores da sociedade. Mas o programa não contextualiza os temas abordados, nem investe em conteúdos e formatos capazes de renovar sua linha editorial.

O programa Conexão Futura também apresenta muitos entrevistados convidados a participar do programa. Assim, a variabilidade de opiniões parece ser agregada ao programa. A princípio, não vemos apenas um lado de uma história relatada, mas podemos ver em cada temática diferentes e contrastantes visões sobre assuntos diversos, o que poderia permitir que o telespectador criasse as suas próprias percepções sobre as temáticas do programa. No entanto, o programa – mesmo com as mais diversas participações – fica restrito às opiniões de participantes que representam mais as diferentes instituições e empresas que sustentam o modelo de negócios do Canal do que a diversidade de atores sociais da sociedade brasileira. O público não participa do bate-papo que ocorre dentro das paredes do estúdio, nem pode se manifestar sobre o tema em questão. Assim, os debates tornam-se monótonos e não envolvem diferentes sensibilidades e posições políticas sobre as pautas trabalhadas.

Além disso, o programa se mantém com as mesmas características narrativas em todos os episódios analisados, sem apresentar alterações de linguagem e investimentos na multimídia. Em um tema mais despojado como o programa sobre “Coworking e homeoffice” o assunto poderia ser abordado de maneira mais aberta e descontraída, propondo jogos e falando dos “prós e contras” de dividir um espaço de trabalho com as mais diferentes pessoas. Outros temas poderiam ser melhor abordados se o programa fizesse uso de recursos visuais, como o do episódio “Uberização, utilizando imagens fixas e em movimento para explicar como funciona este serviço de transporte. Há pouca exploração da linguagem audiovisual no Conexão Futura e a utilização dessa linguagem de modos diferentes a cada episódio poderia

ampliar percepções e conhecimentos. Assim, a estética do programa seria renovada e o programa poderia estabelecer um diálogo mais amplo com a sociedade, conquistando até mesmo mais telespectadores.

Em alguns episódios o apresentador do Conexão Futura, Cristiano Reckziegel, usa o suporte dos meios eletrônicos para auxiliá-lo no decorrer do programa, como no episódio sobre “Paralimpíadas”, citado anteriormente, no qual ele mostra um vídeo. O uso desse recurso faz com que o episódio se torne mais atrativo e a conversa com os entrevistados flui de maneira mais ágil, já que os próprios convidados se sentem mais envolvidos com o programa, conseguem ter uma pausa na sequência de perguntas e respostas e responder com argumentação mais consistente as próximas perguntas. Contudo, o programa tende a não investir em recursos audiovisuais. A maior parte dos episódios é confinada por um cenário estático e não experimenta formas inventivas de áudios e vídeos e outros códigos da linguagem audiovisual. O programa também não busca aprofundar os problemas no tratamento das informações, especialmente sobre desafios da educação brasileira. Assim, embora o Conexão Futura apresente temas variados, não atrai expressivas audiências, marca comum dos canais de emissoras públicas educativas, com raras exceções.

O Conexão Futura também não busca formas de interagir mais com o público, como foi possível observar em diversos momentos dos programas analisados. Podemos tomar como exemplo o episódio sobre “Direitos das gestantes e lactantes”. Nele, seria interessante que fosse inserida a opinião de uma mãe que passa por esse momento em sua vida e desconhece os seus direitos. Se uma mulher que está amamentando participasse do programa, além de contar sua história, ela poderia também solucionar determinadas dúvidas com a advogada presente no estúdio. As pessoas que estivessem em casa acompanhando o programa poderiam partilhar a sua experiência, o que, certamente, aumentaria a audiência do programa, e este programa jornalístico poderia contribuir para a construção de conhecimentos de maneira mais interessante.

Sob essas perceptivas, assume-se que, ao tempo em que o programa investe em temas relevantes, com a participação de entrevistados, poderia inovar a sua linguagem, bem como aprofundar e contextualizar as informações jornalísticas transmitidas, buscando maior interação com o público e incorporando pautas e temáticas

não privilegiados nas diretrizes do Conexão. Se as tecnologias digitais têm modificado as relações entre produção e recepção, o programa não explora a linguagem audiovisual de maneira inventiva, nem uma interação maior com os telespectadores.

Assim, embora o Futura se proponha a ser um canal diferente das demais emissoras de TV Pública com um modelo de operação diferenciado, ele repete, muitas vezes um padrão de programação que não consegue conquistar o seu público. As diretrizes expressas na Declaração de Compromissos Editoriais, relacionadas ao compromisso com a mobilização e articulação social, ou seja, com a participação e divulgação de assuntos de interesse do público, nem sempre são alcançadas. O Conexão aborda diferentes temáticas, porém os temas tratados carecem de contextualização e representações mais diversas da sociedade, de inventividade estética e de conteúdo e o seu relacionamento com as audiências é semelhante ao de outros canais educativos.

## 5. Considerações finais

Embora atualmente haja uma diversidade de canais de televisão no sistema privado, bem como novas tecnologias de comunicação, o acesso à informação e à cultura para a maioria da população brasileira continua se dando principalmente através dos meios de comunicação de massa, ou seja, da TV aberta e o rádio. De tal modo, os meios de comunicação têm papel importante na configuração das democracias, cujo desenvolvimento na contemporaneidade está relacionado ao nível de pluralidade, independência e liberdade dos sistemas midiáticos. Pensadores do nosso tempo e até mesmo órgãos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), reconhecem a relevância do uso das novas tecnologias para a construção da cidadania e para o acesso à informação na atualidade, uma vez que até mesmo o acesso ao conhecimento passa a ser mediatizado.

De acordo com Fantin (2005), se as pessoas estão sendo educadas por imagens e sons, por programas de televisão, cinema, pelos meios eletrônicos e tantos outros configurando os meios audiovisuais como um dos protagonistas do processo culturais e educativos, a escola precisa pensar tais potencialidades. Afinal, as mídias não só asseguram formas de socialização, mas também intervêm na construção de significados de nossa inteligibilidade e experiência de mundo. De fato, a cultura do consumo e as apropriações dos meios de comunicação provocam mudanças nas relações estabelecidas entre adultos, jovens e crianças na contemporaneidade, bem como na produção de subjetividades resultante das maneiras como a mídia organiza o cotidiano.

As sociedades contemporâneas se organizam cada vez mais a partir das mídias e de suas mediações, as quais intervêm nas relações entre os sujeitos e a cultura e nas interações coletivas. A leitura de mundo representada pelos meios de comunicação influencia os modos como os jovens constroem suas percepções da realidade. A escola e a família já não são mais as únicas instituições que desempenham o papel de educar. As mídias tradicionais e, especialmente, a televisão não só informavam e ofereciam entretenimento no século XX, mas também formavam valores e visões de mundo.

Hoje, com o incremento do processo de mediação da sociedade resultante do desenvolvimento e os usos das mídias digitais, torna-se necessário refletir sobre os modos que os meios de comunicação podem ser utilizados para a ampliação de

conhecimentos sobre a vida cotidiana de maneira crítica e criativa, de modo que os meios de comunicação não sirvam apenas para estimular o consumo e direcionar pensamentos. Assim, os estudos de mídia e educação sugerem que é possível e fundamental abrir espaços nos processos de aprendizagem para a formação de receptores críticos, conscientes e capazes de estabelecer uma relação dialógica com os processos de comunicação midiáticos.

Contudo, um pequeno grupo de proprietários controla as emissoras privadas de televisão aberta, o que não contribui para a democratização da televisão brasileira e gera uma padronização de produção televisiva que impede a divulgação da diversidade e riqueza culturais de um país continental como o Brasil e impede a formação de telespectadores que entendam a televisão e o jornalismo como formas de conhecimento. Nesse cenário, as emissoras educativas possuem uma atuação relevante e até mesmo essencial. Assim, o Canal Futura surge em 1997 como um projeto social de comunicação de caráter público que resulta da parceria entre organizações de iniciativa privada que procura contribuir para a formação educacional da população e para a construção de conhecimentos sobre a realidade social da criança, do jovem, do trabalhador e de sua família.

Entretanto, a partir deste estudo do programa Conexão Futura, pudemos observar que mesmo tendo como objetivo principal a mobilização de pessoas e divulgação de temáticas de interesse público, o programa acaba não atingindo de forma concreta esse público, ou seja, não atende aos seus interesses ou aspirações. Podemos concluir, portanto, que o programa telejornalístico do Canal Futura dedicado à educação não investe na renovação da linguagem e na interação com o telespectador, embora a televisão de caráter público e educativo e o jornalismo seja uma forma de conhecimento e possa colaborar para ampliar a percepção da experiência do cotidiano de todas as faixas etárias, por meio de usos críticos e criativos de conteúdos e formatos em áudio e vídeo.

Este estudo revela que os profissionais da comunicação precisam e produzir informação em acordo com o interesse de suas audiências, com linguagem e temática apropriadas, e fazer com que o público também tenha voz na produção do programa e interaja com o diálogo proposto, não sendo colocado apenas na posição de um receptor passivo. Este trabalho ainda pretende contribuir para estudos interessados nos modos



como relações entre mídia e educação se manifestam em canais educativos, especialmente nas práticas jornalísticas do Canal Futura.

Esta monografia demonstrou que os programas jornalísticos do Canal Futura ainda são pouco explorados na grade da programação da emissora. O grande desafio do Conexão Futura é explorar melhor a linguagem televisiva e investir na produção de programas com conteúdos de maior qualidade e mais interativos capazes de atrair os telespectadores. As reflexões sistematizadas nesta monografia me permitiram não apenas pensar as relações entre televisão, jornalismo e educação, mas refletir sobre a minha experiência de estágio no Canal Futura. Foi possível observar que o campo é mais complexo do que eu imaginava anteriormente e, por meio deste trabalho, conclui que investir na renovação da linguagem televisiva e em um jornalismo participativo de qualidade são essenciais para a existência de qualquer canal televisivo, mas, principalmente, para a existência de um canal televisivo educativo como o Canal Futura que busca atingir pessoas das mais diferentes origens sociais.

## 6. Referências bibliográficas

ADORNO, T. W. *A Indústria Cultural*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ARONCHI, J. *Gêneros e formatos na televisão brasileira*. [ebook] São Paulo: Summus, 2015.

BAKHTIN, M. “Os gêneros do discurso”. In: \_\_\_\_\_. *Estética da criação verbal*. Tradução: de Maria Emsantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997, p. 277-326.

BECKER, Beatriz. “Desafios da profissão, do ensino e da pesquisa em jornalismo”. In: KISCHINHEVSKY, M.; IORIO, F. M.; VIEIRA, J. P. D. *Horizontes do jornalismo*. Rio de Janeiro: E-papers, 2011.

\_\_\_\_\_. “Mídia e jornalismo como formas de conhecimento: uma metodologia para leitura crítica das narrativas jornalísticas audiovisuais”. In: *Matrizes*: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 231-250, jan./jun. de 2012. Disponível em <http://www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/article/view/247/0>. Acesso em: 8 de jun. de 2016.

\_\_\_\_\_. “Mapeamento das pesquisas em Telejornalismo no Brasil: um estudo da produção acadêmico-científica de 2010 a 2014”. In: *Revista Famecos*: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v. 22, n. 4, p. 191-206, out./dez. de 2015. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/20534/13483>. Acesso em: 9 de jun. de 2016.

\_\_\_\_\_. “Mídia, telejornalismo e educação”. In: *Matrizes*: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo, São Paulo, v.10, n. 1, p. 127-142, jan./abr. de 2016. Disponível em: <http://www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/article/viewFile/677/pdf>. Acesso em 9 de jun. de 2016.

BECKER, Beatriz; PINHEIRO FILHO, Carlos. “O estranho planeta dos seres audiovisuais: diálogos possíveis entre televisão e educação”. In: *Revista Famecos*: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 490-506, maio/ago. 2011. Disponível em:

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/9471>.

Acesso em: 9 de jun. de 2016

BELLONI, Maria Luiza. *O que é mídia-educação*. Campinas: Autores Associados, 2005.

BÉVORT, E.; BELLONI, M. L. “Mídia-Educação: conceitos, história e perspectivas”. In: *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 30, n. 109, p. 1081-1102, set./dez. de 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v30n109/v30n109a08.pdf>. Acesso em 10 de jun. de 2016.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. *Qual a lógica das políticas de comunicação no Brasil?* São Paulo. Paulus, 2007.

BUCCI, Eugênio. *Brasil em Tempo de TV*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1996.

\_\_\_\_\_. *Sobre Ética e Imprensa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

\_\_\_\_\_. (org.) *A TV aos 50*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2000.

\_\_\_\_\_. “É possível fazer televisão pública no Brasil?”. In: *Novos estudos: revista da CEBRAP*. São Paulo: n.88, p.5-18, nov. 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002010000300001](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000300001). Acesso em: 14 de maio de 2016.

BUCCI, Eugênio; CHIARETTI, Marco; FIORINI, Ana Maria. “Indicadores de qualidade nas emissoras: uma avaliação contemporânea”. In: *Debates Comunicação e Informação*. Brasília: UNESCO, n.10, jun. de 2012. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002166/216616por.pdf>. Acesso em: 14 de maio de 2016.

COSTA, S.; BRENER, J. “Coronelismo eletrônico: o governo de Fernando Henrique Cardoso e o novo capítulo de uma velha história”. In: *Comunicação & Política*. v. IV, n.2, NS, p.29-53, maio/ago. de 1997. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_nlinks&ref=000112&pid=S0102-6445200600030000400005&lng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000112&pid=S0102-6445200600030000400005&lng=en). Acesso em: 20 de maio de 2016.

FANTIN, Mônica. *Mídia-educação: conceitos, experiências, diálogos Brasil-Itália*. Florianópolis: Cidade Futura, 2006.

FISHER, Rosa Maria Bueno. “Problematizações sobre o exercício do ver: Mídia e Pesquisa em Educação”. In: *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, n. 20, mai./ago. 2002. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/275/27502007.pdf>. Acesso em 5 de jun. de 2016.

FONSECA, Cláudia Chaves. *Os meios de comunicação vão à escola?* Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide - para uma teoria marxista do jornalismo*. Porto Alegre: Tchê, 1987.

GIRARDELLO, Gilka; FANTIN, M. *Liga, roda, clica. Estudos em mídia, cultura e infância*. São Paulo: Papyrus, 2008.

GOHN, Maria da Glória. “Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas”. In: *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*. Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. de 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/ensaio/v14n50/30405.pdf>. Acesso em: 25 de maio de 2016.

HALL, S. “A Centralidade da Cultura”. *Notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo*. In: *Revista & Realidade*, pp.15-46, jul./dez. de 1997. Disponível em: [www.ufrgs.br/neccso/word/texto\\_stuart\\_centralidadecultura.doc](http://www.ufrgs.br/neccso/word/texto_stuart_centralidadecultura.doc). Acesso em: 10 de maio de 2016.

JAMBEIRO, Othon. “A re-configuração do ambiente regulador das comunicações na sociedade da informação”. In: RAMOS, Murilo C.; SANTOS, Suzy dos (orgs). *Política de comunicação: buscas teóricas e práticas*. São Paulo: Paulus, 2007.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. *Os Elementos o Jornalismo: O que os profissionais de jornalismo devem saber e o público deve exigir*. Porto: Porto Editora, 2004.

LEAL FILHO, Laurindo. *A melhor TV do mundo: o modelo britânico de televisão*. São Paulo: Summus, 1997.

\_\_\_\_\_. “TV Pública”. In: BUCCI, Eugênio (org.). *A TV aos 50: criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

\_\_\_\_\_. *A TV sob Controle: a resposta da sociedade ao poder da televisão*. São Paulo: Summus, 2006.

LIMA, Venício. “As ‘brechas’ legais do coronelismo eletrônico”. In: *Revista Aurora (PUC-SP)*. São Paulo: 2008. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/viewFile/6344/4652>. Acesso em: 21 de maio de 2016.

\_\_\_\_\_. “Coronelismo eletrônico na radiodifusão educativa”. In: *Observatório da Imprensa*, 2007, edição 437. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/coronelismo-eletronico-na-radiodifusao-educativa/>. Acesso em 23 de maio de 2016.

MACHADO, Arlindo. “As vozes do telejornal.” In: \_\_\_\_\_. *A televisão levada a sério*. São Paulo: Senac, 2000, p. 99-123.

MARTÍN- BARBERO, Jesús. “Chaves do debate: televisão pública, televisão cultural: entre a renovação e a invenção”. In: RINCÓN, Omar. *Televisão pública: do consumidor ao cidadão*. São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2002, p.41-79.

\_\_\_\_\_. “Globalização Comunicacional e Transformação Cultural”. In: MORAES, Dênis de. (Org.). *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

\_\_\_\_\_. “Dos meios às mediações”. *Comunicação, Cultura e Hegemonia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

\_\_\_\_\_. *A Comunicação na educação*. São Paulo: Contexto, 2014.

MARTÍN- BARBERO, Jesús; BARCELOS, Claudia. “Comunicação e mediações culturais”. In: *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação - Diálogos Midiológicos* nº 6, Vol. XXIII, nº 1, janeiro/junho de 2000. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/viewArticle/2010>. Acesso em 30 de abr. de 2016.

MARTÍN- BARBERO, Jesús; REY, Germán. “Os Exercícios do Ver”. In: *Hegemonia audiovisual e ficção televisiva*. São Paulo: SENAC, 2001.

MEDITSCH, E. B. V. “Jornalismo como forma de conhecimento”. In: *INTERCOM*. São Paulo: v. XXI, n.1, p. 25-38, 1998. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.pdf>. Acesso em 11 de jun. de 2016.

\_\_\_\_\_. “O Jornalismo é uma forma de conhecimento?”. In: *Media & Jornalismo*. Cascais/Coimbra, v. 1, n. 1, p. 9-22, 2002. Disponível em: <http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/mediajornalismo/article/view/1084/5273>. Acesso em 11 de jun. de 2016.

\_\_\_\_\_. “Profissão derrotada, Ciência não legitimada: é preciso entender a institucionalização do campo jornalístico”. In: *Brazilian Journalism Research*, vol. 6, n. 1, 2010. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/249>. Acesso em 11 de jun. de 2016.

MELO, Marcelo Briseno Marques de. “Canal Futura, modelo para a TV Pública”. In: *Comunicação e transformação social: A trajetória do Canal Futura*. Rio Grande do Sul: Unisinos, 2008.

NERY, João Elias; LIMA, Vilma Silva. “TV brasileira: pública, digital, contemporânea”. In: *INTERCOM*. Santos: setembro de 2007. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R0557-2.pdf>. Acesso em 20 de maio de 2016.

OROZCO GÓMEZ, Guillermo. *Televisión, audiencias y educación*. Buenos Aires (Argentina): Grupo Editorial Norma, 2001.

\_\_\_\_\_. *Educomunicação: recepção midiática, aprendizagens e cidadania*. São Paulo: Paulinas, 2014.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira: Cultura Brasileira e indústria cultural*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PERUZZO, Cicília M. K. “Comunicação comunitária e educação para a cidadania”. In: *Revista Pensamento Comunicacional Latino-Americano*. São Bernardo do Campo:

UMESP/Cátedra Unesco, n.1 out/nov/dez.2002. Disponível em: <http://www2.metodista.br/unesco/PCLA/revista13/artigos%2013-3.htm>. Acesso em 27 de maio de 2016.

\_\_\_\_\_. “Rádio Comunitária, Educomunicação e Desenvolvimento”. In: *UNESCOM - Congresso Multidisciplinar de Comunicação para o Desenvolvimento Regional São Bernardo do Campo*. São Paulo: n. 9, out. de 2006. Disponível em: [http://encipecom.metodista.br/mediawiki/index.php/R%C3%A1dio\\_comunit%C3%A1ria\\_e\\_educunica%C3%A7%C3%A3o\\_e\\_desenvolvimento\\_local](http://encipecom.metodista.br/mediawiki/index.php/R%C3%A1dio_comunit%C3%A1ria_e_educunica%C3%A7%C3%A3o_e_desenvolvimento_local). Acesso em: 27 de maio de 2016.

RINCÓN, Omar (org). *Televisão pública: do consumidor ao cidadão*. São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung – Projeto Latino-Americano de Meios de Comunicação, 2002.

RIVOLTELLA, Pier. “A formação da consciência civil entre o ‘real’ e o ‘virtual’”. In: GIRARDELLO, G; FANTIN, M. *Liga, roda, clica. Estudos em mídia, cultura e infância*. São Paulo: Papirus, 2008, p. 41-56.

SANTOS, Suzy. “E-Sucupira: o coronelismo eletrônico como herança do coronelismo nas comunicações brasileiras”. In: *Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*. Brasília: 2006. Disponível em: [http://www.fndc.org.br/arquivos/ecompos07\\_dezembro2006\\_suzydossantos.pdf](http://www.fndc.org.br/arquivos/ecompos07_dezembro2006_suzydossantos.pdf). Acesso em: 25 de maio de 2016.

SETTON, Maria da Graça. *Mídia e educação*. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2011.

SODRÉ, Muniz. *Reinventando a educação: diversidade, descolonização e redes*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

\_\_\_\_\_. *Antropológica do espelho – Uma teoria da comunicação linear e em rede*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

\_\_\_\_\_. “Televisão Pública e Democracia”. In: *Observatório da Imprensa*, 2008. Disponível em: [http://observatoriodaimprensa.com.br/monitor-da-imprensa/televisao\\_publica\\_e\\_democracia/](http://observatoriodaimprensa.com.br/monitor-da-imprensa/televisao_publica_e_democracia/). Acesso em: 22 de maio de 2016.

NÚCLEO DE JORNALISMO. *Telejornalismo educativo e produção em rede*. Rio de Janeiro: Gerência de Programação, Jornalismo e Engenharia do Canal Futura, Canal Futura, 2010.

## Endereços eletrônicos

Site do Canal Futura: [www.futura.org.br](http://www.futura.org.br). Acesso em 5 de jul. de 2016.

Canal no YouTube do programa Conexão Futura: [www.youtube.com/conexaofutura](http://www.youtube.com/conexaofutura). Acesso em 1 de jul. de 2016.

Artigo 223 da Constituição Federal. Artigo disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/445130/artigo-223-da-constituicao-federal-de-1988>. Acesso em: 30 de maio de 2016.

Decreto nº 24.655 do ano de 1934. Decreto disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/D24655.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D24655.htm). Acesso em: 03 de jun. de 2016.

Decreto-lei nº 236, do ano de 1967: Decreto disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del0236.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0236.htm). Acesso em: 30 de maio de 2016.

Decreto nº 81.600 do ano de 1978. Decreto disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/Antigos/D81600.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D81600.htm). Acesso em: 30 de maio de 2016.

Decreto nº 1.720 do ano de 1995. Decreto disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D1720.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1720.htm) Acesso em: 30 de maio de 2016.